



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 6 de abril de 2018, aprovada na sessão ordinária de 29 de junho de 2018.-----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 2 de julho de 2018.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



ATA N.º 5 – No dia 6 de abril de 2018, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 50 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o Sr. Mário Jorge de Castro Reis, 2.º Secretário da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2018;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2017;
- 4 – Revisão Orçamental
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa
 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI
 - 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM;
- 5 – Relatório de Gestão e Contas de 2017 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. *(para conhecimento)*;
- 6 – Designação de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;
- 7 – Regulamento Municipal “Jovem Autarca”®;
- 8 – Desafetação de terreno do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno sita no Lugar de Milheirós, em Santa Maria da Feira;
- 9 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2017 *(para conhecimento)*;
- 10 – Declarações para os efeitos previstos no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação *(para conhecimento)*.

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António



Milton Topa Gomes, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Não esteve presente o Sr. Vereador Vitor Carlos Latourrette Marques. -----

O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia, Maria José Ferreira dos Santos, estar presente na sessão, tendo solicitado ser substituída na mesma, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou, para esse efeito, a deputada municipal Susana Daniela Ferreira da Silva, do grupo municipal do PSD, a qual aceitou o convite e tomou o respetivo lugar na Mesa, como Secretária da mesma. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 3 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro; -----

– Fiães (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho; -----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou ainda que, para além do pedido de substituição referido da deputada municipal Maria José Santos, também os membros José Manuel Milheiro de Pinho Leão, António André da Silva Topa, Serafim Manuel Rocha Guimarães e Jorge Manuel Ferreira Ferreira, todos do grupo municipal do PSD, solicitaram ser substituídos na presente sessão, por impossibilidade de estarem presentes na mesma. -----

Comunicou que, nos termos legais e regimentais, os membros referidos são substituídos na sessão pelos cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – os quais se encontravam presentes para o efeito – e que, de seguida, se identificam: -----



- José Manuel Leão: substituído pelo João Luís Almeida Cunha,-----
- António Topa: substituído pela Cláudia Oliveira Antunes Correia (*uma vez que a cidadã seguinte da respetiva lista, Maria João Resende Lamas, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente na sessão*),-----
- Maria José Santos: substituída pelo José Moreira de Jesus Castro,-----
- Serafim Guimarães: substituído pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas,-----
- Jorge Ferreira: substituído pelo Rui José Martins de Oliveira.-----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 48 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Regina Maria Gonçalves da Silva; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; Cláudia Oliveira Antunes Correia; José Moreira de Jesus Castro; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; Rui José Martins Oliveira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – Manuel Joaquim Cardoso de Pinho; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Anacleto de Sousa Costa; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares;-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes Duarte; Daniel Tavares Gomes; Tiago



Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Moisés Salvador Coelho Ferreira e Salomé Almeida Ventura; --

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

Independente (IND): Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Juliana Canedo da Rocha (PSD), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Justino Santos Pinto (PS), Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD), José Carlos Pinto da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD), e Rita Micaela Ribeiro Marques – Secretária da Junta de Freguesia de Paços de Brandão (PSD). -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu conhecimento à Assembleia da comunicação que o Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, António Topa Gomes, lhe endereçou, datada de 28 de março de 2018 – a qual passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -
“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, -----
António Milton Topa Gomes, vereador do Pelouro das Obras Municipais em regime de permanência neste município, vem pelo presente comunicar a V. Exa. que exercerá funções de Professor Auxiliar Convidado, no departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no máximo de 3 horas semanais, comprometendo-se a cessar imediatamente a atividade, no caso de ocorrência superveniente de conflito entre as duas funções.” -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os



pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018 e a presente sessão: -----

- “Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de janeiro de 2018; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, remetendo o impresso original onde consta o resultado da votação verificada por esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, relativa à eleição do “candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto” – impresso que já havia sido enviado em formato digital, por e-mail, imediatamente após o apuramento do resultado referido; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia dos documentos aprovados no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 26 de fevereiro de 2018, que a seguir se identificam: -----
 - Recomendação à Câmara sobre “Linha do Vouga – horário especial para eventos em Santa Maria da Feira”, -----
 - Voto de Louvor ao Movimento Democrático de Mulheres e recomendação à Câmara, ---
 - Voto de Louvor ao Clube Desportivo Feirense; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Direção do Clube Desportivo Feirense, remetendo o teor do Voto de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, àquele Clube pelo seu 100.º aniversário e pelos serviços prestados ao município de Santa Maria da Feira e sua população; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM), remetendo o teor do Voto de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, àquele Movimento, numa altura em que comemora os seus 50 anos de existência; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor dos Votos de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir ao Clube Desportivo Feirense e



- ao Movimento Democrático de Mulheres, na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, aos seguintes órgãos de comunicação social: Jornal Correio da Feira, Jornal N, Rádio Águia Azul, Rádio Clube da Feira, Donline – Diário de Entre Douro e Vouga;-----
- E-mail, no seguimento de despacho do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, remetendo abaixo-assinado que o munícipe Diogo Lopes da Silva deixou à Mesa da Assembleia após a intervenção que efetuou na sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, em que se pede a requalificação de ringue desportivo e a construção de um parque de lazer em São João de Ver;-----
 - E-mail, no seguimento de despacho do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo abaixo-assinado que o munícipe Diogo Lopes da Silva deixou à Mesa da Assembleia após a intervenção que efetuou na sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, em que se pede a requalificação de ringue desportivo e a construção de um parque de lazer em São João de Ver;-----
 - E-mail da Plataforma Precários do Estado, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, fazendo questões sobre o processo de regularização de trabalhadores precários referentes à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; -----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para as comemorações do 50.º Aniversário daquela Associação, a realizar no dia 8 de abril de 2018; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre “Sistema de águas residuais em Rio Meão” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Resolução que pretende o reconhecimento da elegibilidade das pastagens arbustivas nas regiões de montanha, para efeitos de ajudas da PAC”, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre “Intervenções na rede viária municipal – Rua Armando Pinto de Assunção, Fornos” – requerimento enviado por e-mail, por instrução



- do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do Sr. Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo pequena resenha das intervenções efetuadas no 2.º Encontro Nacional de Assembleias Municipais, realizado no dia 3 de março de 2018, bem como informando que está marcado para dia 19 de maio de 2018 o 1.º Congresso da ANAM, no qual só poderão participar as Assembleias que aderiram ou venham até a essa data a aderir à ANAM; -----
 - E-mail da Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando colaboração no sentido de dar continuidade à campanha do “Laço Azul”, contra os maus tratos infantis, que decorre no mês de abril de 2018; -----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 12 de fevereiro de 2018; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Resolução que recomenda ao Governo “Urgência na implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização dos rios Antuã, Ul, Ínsua e Caima”, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar; -----
 - E-mail da Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira 2017-2021, para a primeira reunião ordinária que aquele Conselho Municipal realizou no dia 28 de março de 2018, bem como informando a respetiva ordem de trabalhos; -----
 - Convite do Grupo Recreativo e Beneficente “A Flor de Aldriz”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir à estreia da sua produção de teatro “O Morgado de Fafe Amoroso”, que se realizou no dia 1 de abril de 2018; -----
 - E-mail da Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando algum material de apoio no âmbito da campanha “Laço Azul”, contra os maus tratos infantis, que decorre no mês
-



- de abril de 2018;-----
- Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas Cerimónias da Quinta-feira Santa, realizadas no passado dia 29 de março de 2018;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, indicando o membro Carlos Eduardo Seixas como representante do Partido Social Democrata no Conselho Municipal da Juventude – e-mail que, por sua vez, foi reencaminhado, para os devidos efeitos, à Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério das Finanças pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a falta de apoios às Juntas de Freguesia para o serviço de entrega das declarações de IRS;-----
 - E-mail da Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira 2017-2021, enviando o link para acesso aos documentos de apoio à primeira reunião ordinária que aquele Conselho Municipal realizou no dia 28 de março de 2018;-----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo declarações para os efeitos previstos no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, remetendo, em formato digital, a versão final do Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017/2021, na sequência do deliberado pela



- Assembleia na sua sessão de 26 de fevereiro de 2018; -----
- E-mail da Direção Nacional do MDM – Movimento Democrático de Mulheres, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a agradecer o Voto de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018, àquele Movimento – e-mail que foi reencaminhado para conhecimento, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, por se encontrar ausente, solicitando a justificação da falta bem como ser substituído na referida sessão; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, por ter, no mesmo dia e hora, reunião já agendada de natureza política, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos legais e regimentais;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos no artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, o Relatório de Avaliação do ano de 2017; -----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de fevereiro e 12 de março de 2018;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 3 de abril de 2018;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da
-



- Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia sobre “cheiros intensos eventualmente provenientes da queima de materiais tóxicos, em Arrifana, Santa Maria da Feira”;
- E-mail do membro deste Órgão – Serafim Guimarães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, por se encontrar em Lisboa para receber distinção atribuída pelo Ministério da Saúde, solicitando a sua substituição na referida sessão;
 - E-mail do membro deste Órgão – Maria José Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição na referida sessão;
 - E-mail do Sr. Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo um conjunto de documentos de suporte para o caso desta Assembleia Municipal pretender deliberar sobre a sua adesão à ANAM;
 - Comunicação do Sr. Vereador das Obras Municipais – António Topa Gomes, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que exercerá funções de Professor Auxiliar Convidado, no departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no máximo de 3 horas semanais, comprometendo-se a cessar imediatamente a atividade no caso de ocorrência superveniente de conflito entre as duas funções;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Intervenções na rede viária municipal – Rua Armando Pinto de Assunção, Fornos” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 04/04/2018;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Rua do Olival – São João de Ver” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 04/04/2018;



- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre a Via Estruturante Espargo/Paços de Brandão – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 04/04/2018; -----
- E-mail do munícipe Tiago Sousa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Valdemar Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, devido a compromissos anteriormente assumidos, pelo que se faria substituir na mesma pelo Vogal daquele Executivo – Manuel Joaquim Pinho; -----
- E-mail da Secretaria-Geral do PSD/Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que o membro Jorge Ferreira não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 6 de abril de 2018, por motivos pessoais, pelo que seria substituído na referida sessão, nos termos regimentais; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 8 documentos para serem apreciados – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que, para além desses, existe, por proposta da Comissão Permanente e subscrito por todos os grupos municipais, um Voto de Louvor a atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa. Após agradecer ao membro Filipe Moreira pela redação do respetivo voto, passou a ler o mesmo, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“*Voto de Louvor – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa* -----

Os Bombeiros Voluntários de Lourosa comemoram este ano o seu 50.º aniversário. Esta associação humanitária, composta essencialmente por mulheres e homens voluntários, nunca se negou no auxílio das gentes do município e de outras regiões do país, desempenhando as



funções a que se propuseram com brio, profissionalismo e coragem, arriscando por diversas vezes a própria vida para salvarem pessoas e bens. -----

Os 50 anos de existência são também o exemplo da perseverança, empenho, dedicação e muito trabalho diário dos seus associados que com o seu esforço em anónimo permitem que o município beneficie dos serviços dos Bombeiros. -----

A sua existência é também exemplo da solidariedade e dedicação dos feirenses que dão do seu tempo em prol do bem comum, colocando, como referido anteriormente, muitas vezes a própria vida em risco. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de 2018, saúda os Bombeiros Voluntários de Lourosa pelo seu 50.º aniversário e atribui um Voto de Louvor pela dedicação e serviços prestados à população e território feirense.” -----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD:30, PS:13, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND:1), aprovar o Voto de Louvor em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, relativamente aos restantes documentos, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que concederia a palavra aos proponentes dos mesmos para fazerem a respetiva apresentação e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os documentos em discussão. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que apresentou 2 moções e 1 recomendação, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“*Moção – 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores*-----

Há 132 anos (em 1886), centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade



sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. -----
Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores. -----

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, essa instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.-----

Urge mobilizar esforços em torno das suas justas reivindicações, nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social. -----

Assim, face ao simbolismo que o 1.º de Maio tem é, também, necessário reconhecer a importância que os trabalhadores têm e tiverem no desenvolvimento do país e em particular do município de Santa Maria da Feira. Assumindo-se ainda hoje como a grande força motora do desenvolvimento e reconhecimento da região pela sua qualidade em diferentes áreas como seja: na cultura; no setor do papel; da cortiça; calçado; etc. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de 2018, delibera:-----

1. Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida; -----
2. Saudar os trabalhadores feirenses manifestando toda a solidariedade com a luta por eles desenvolvida para o alcançar de melhores condições de trabalho, com direitos e igualdade; ----
3. Encetar todos os esforços possíveis para que sejam criadas melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores feirenses, principalmente no combate à precariedade, baixos salários e falta de condições de trabalho.”-----

“Moção – Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril-----

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.-----

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das



Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. -----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. -----

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de 2018, delibera: -----

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da



República Portuguesa e pela exigência dum futuro que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. -----

2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.” ---

“Recomendação – Festival de Cinema Luso-Brasileiro”-----

Este ano realiza-se o 21.º Festival de Cinema Luso-Brasileiro que tem tido como sede Santa Maria da Feira, assumindo-se como um marco da cultura do município e da região com reconhecimento nacional e internacional, que a ele tem trazido figuras de relevo da sétima arte. -----

O festival tem sido, também, ao longo dos anos uma forma de muitos se aproximarem e conhecerem o que de melhor cinema se faz dos dois lados dos Atlântico, gerando diálogos e conhecimentos. -----

Assim, reconhecendo a importância que o Festival de Cinema Luso-Brasileiro tem para o país, mas principalmente para a região, parece-nos relevante que se proceda à sua potenciação para que seja um motor de desenvolvimento cultural da população do município, especialmente das faixas etárias mais jovens. -----

Nesta linha, urge a criação (à semelhança de outros festivais) de uma secção dedicada exclusivamente aos mais novos, onde possa ser promovida uma mostra de filmes realizados com recurso a equipamentos de baixo custo (por exemplo telemóveis) sobre temáticas livres ou previamente selecionadas e o desenvolvimento de sessões de sensibilização e educação para a sétima arte nas escolas do concelho com a duração do ano letivo, iniciando-se com um piloto numa escola. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de 2018, recomenda à Câmara Municipal que: -----

1. Encete todos os esforços possíveis para que o Festival de Cinema Luso-Brasileiro nos próximos anos tenha no seu programa uma secção dedicada exclusivamente aos mais novos, onde possa ser promovida uma mostra de filmes realizados com recurso a equipamentos de baixo custo (por exemplo telemóveis) sobre temáticas livres ou previamente selecionadas; -----
2. Que se potencie o desenvolvimento de sessões de sensibilização e educação para a sétima



arte nas escolas do concelho com a duração do ano letivo, iniciando-se com um piloto numa escola;-----

3. Encetar todos os esforços para incentivar a integração do Festival de Cinema Luso-Brasileiro no Plano Nacional de Cinema da Direção Geral da Educação.” -----

Sobre esta recomendação o membro Filipe Moreira pediu autorização à Mesa para fazer uma alteração ao texto do ponto n.º 1 da parte deliberativa, por proposta do PSD e para que a mesma pudesse obter a maioria para ser aprovada, no sentido de que onde diz: -----

“1. *Encete todos os esforços possíveis para que o Festival de Cinema Luso-Brasileiro nos próximos anos tenha no seu programa uma secção dedicada exclusivamente aos mais novos, onde possa ser promovida uma mostra de filmes realizados com recurso a equipamentos de baixo custo (por exemplo telemóveis) sobre temáticas livres ou previamente selecionadas*”, ---
passe somente a dizer: -----

“1. *Encete todos os esforços possíveis para que o Festival de Cinema Luso-Brasileiro nos próximos anos tenha no seu programa uma secção dedicada exclusivamente aos mais novos*”, retirando-se, portanto, a 2.ª parte da frase – alteração esta que foi autorizada pela Mesa. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“*Incentivos aos Bombeiros Voluntários* -----

Tendo em conta o que se passou no último verão (de 2017) com a calamidade dos incêndios, considerando o papel importante que têm na nossa sociedade, considerando também a necessidade de atrair mais cidadãos para as corporações de Bombeiros e para os motivar, a bancada do CDS propõe a esta Assembleia Municipal, do dia 06/04/2018, uma recomendação à Câmara Municipal para a criação de um regulamento de benefícios para os bombeiros voluntários do concelho. -----

O regulamento deve conter, entre outros, os seguintes benefícios: -----

- Descontos no uso de instalações municipais (ex. piscinas, pavilhões...). -----

- Descontos no acesso a eventos organizados pela Câmara e Feira Viva. -----

- Isenção de taxas nas licenças de construção ou ampliação de habitação própria. -----

- Isenção de IMI ou redução de 50%. -----

- Tarifário social de utilizadores de água e saneamento. -----



- Redução de mensalidades no âmbito do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo.-----
- Prioridade na atribuição de habitação social.” -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que apresentou 1 voto de saudação, 2 recomendações e 1 moção, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“*Voto de Saudação – 1.º de Maio – Dia do Trabalhador*-----

No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pela máxima “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.-----

Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, representou uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional. Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores.-----

No entanto, dos 4 anos de governo de troika e PSD/CDS resultaram uma das maiores transferências do trabalho para o capital a que já assistimos, pelo que se exigiam alterações profundas na forma de encarar o trabalho no país e recuperar rendimentos. O caminho iniciado em outubro de 2015 com os compromissos políticos que permitiram um governo minoritário do PS com o apoio parlamentar do BE, PCP e PEV teve como objetivo primordial a recuperação de rendimentos para quem trabalha ou já trabalhou e medidas concretas de combate à precariedade.-----

Nesse sentido, ainda se podem identificar vários problemas no tecido laboral português que promovem a precariedade e a desregulação das relações laborais: apesar de um ligeiro aumento, o número de trabalhadores e trabalhadoras abrangidas por instrumentos de



regulamentação coletiva encontram-se em mínimos históricos; as empresas de trabalho temporário continuam a ter lucros milionários todos os anos; os vínculos precários ou temporários ainda predominam. -----

No concelho de Santa Maria da Feira não é diferente. A título de exemplo, os trabalhadores da PIETec - Cortiças S.A, situada na freguesia de Fiães, estão a ser pressionados no sentido de aceitar a laboração continua, 7 dias por semana, com turnos rotativos, o que vai claramente contra as condições definidas no contrato coletivo de trabalho e prejudica substancialmente a qualidade de vida dos trabalhadores, nomeadamente a sua própria saúde e vida social e familiar.-----

Referimos ainda outro exemplo: os contratos de trabalho precários fazem também parte da realidade do tecido laboral de Santa Maria da Feira. Não esquecemos que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira chumbou, com os votos contra do grupo municipal do PSD, a recomendação do Bloco de Esquerda, apresentada na sessão do passado 26 de fevereiro, que propunha a implementação do processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do município, no seguimento da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. -----

Saudar o 1.º de Maio não é só recordar o significado da luta dos operários de Chicago e das várias lutas travadas pelos trabalhadores ao longo dos tempos. Saudar o 1.º de Maio é fundamentalmente combater todo o tipo de ataques aos direitos laborais; é combater todo o tipo de tentativas de desregulação laboral; é combater a precariedade; é também defender o desenvolvimento económico, o progresso social e uma sociedade mais justa e democrática. ---

Porque celebrar o 1.º de Maio é e será tudo isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 6 de Abril de 2018: -----

1. Saúda o 1.º de Maio e faz votos para que seja o momento agregador das várias gerações, saudando ainda a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público de qualidade.”-----

“Recomendação – Igualdade de tratamento de todas as freguesias no que toca à recolha de lixo-----

A esmagadora maioria das freguesias do concelho de Santa Maria da Feira só tem recolha de



lixo duas vezes por semana, o que é manifestamente insuficiente e prejudicial para a qualidade de vida dos feirenses. -----

Para o Bloco de Esquerda é essencial que a recolha do lixo se faça em todo o concelho pelo menos 4 vezes por semana, tal como acontece no centro da cidade da Feira. Não se entende que o centro da cidade de Santa Maria da Feira tenha um tratamento privilegiado em relação a outras freguesias. -----

Em setembro do ano passado o Executivo Municipal pediu autorização à Assembleia Municipal para assumir compromissos na ordem dos 10 M€ para contratar serviços de recolha de resíduos sólidos no concelho. O Bloco de Esquerda não concorda que os novos contratos mantenham a discriminação existente entre Freguesias do mesmo concelho. -----

Os feirenses pagam todos os mesmos impostos e devem ser tratados de forma igual. As populações das Freguesias devem ser tratadas com respeito e com uma política de limpeza urbana que vá de encontro às suas necessidades. A atual política não o faz, pelo que é necessário alterá-la. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 6 de abril de 2018, recomenda que a Câmara melhore os serviços de recolha de resíduos sólidos e de limpeza urbana implementando a recolha de lixo 4 vezes por semana em todas as Freguesias do concelho.” -----

“Recomendação – Pelo reforço do combate à violência de género em Santa Maria da Feira---

Em Portugal, as estatísticas e os números relativos ao fenómeno das múltiplas violências com uma marca de género são evidentes e avassaladores. -----

Duas mulheres são assassinadas a cada mês que passa e outras tantas são vítimas de tentativa de homicídio. Nos últimos 13 anos, desde que a UMAR criou o Observatório de Mulheres Assassinadas, foram assassinadas mais de 450 mulheres. -----

As mulheres ganham em média menos dois salários por ano do que homens com as mesmas funções e qualificações, são mais precárias e continuam a ter um risco de pobreza mais elevado do que os homens: uma em cada cinco mulheres é pobre. -----

As políticas locais não podem ignorar esta realidade. Por mais que a lei tenha avançado, as mulheres continuam a ser vítimas de violência e de estereótipos ultrapassados – vítimas da dupla jornada de trabalho, da precariedade, dos “telhados de vidro”, das violências de género,



de crimes sexuais; vítimas, ainda, de múltiplas formas de discriminação como o racismo, a xenofobia e a negação do direito fundamental à autodeterminação de género e sexual, entre outras. -----

É a experiência da liberdade, o direito à autonomia, à mobilidade e à autodeterminação que são negados quando o assédio, nas suas múltiplas formas, a violência doméstica, o medo da violação ou o sentimento de insegurança, o preconceito e a exploração laboral marcam o quotidiano de tantas mulheres, jovens e crianças. E, quando perante tudo isto, o acesso ao emprego, à saúde, à educação, à proteção e ao apoio das forças de segurança e dos serviços sociais é insuficiente ou, como muitas vezes acontece, impossível e inexistente, é também o estado e a sociedade como um todo que estão em falta. -----

Não nos podemos resignar com esta situação. A violência de género tem de ser encarada como um problema político, um problema de cidadania, um problema de direitos humanos de que os municípios não se podem alhear. -----

Erradicar a violência de género deve ser um objetivo para o concelho de Santa Maria da Feira e o propósito que deverá nortear um reforço do Plano Municipal para a Igualdade de Género, alocando-lhe mais recursos e definindo dotações orçamentais mais significativas. Trata-se de definir estratégias e metas concretas para combater a violência de género e todas as discriminações, em estreito diálogo e cooperação com os serviços públicos de saúde, educação e segurança social, as forças de segurança, as organizações sociais, os movimentos feministas e a própria comunidade. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de 2018, recomenda: -----

1. O reforço do Plano Municipal para a Igualdade de Género, alocando-lhe mais recursos e definindo dotações orçamentais mais significativas, que permitam desenvolver novas campanhas de sensibilização e promoção da igualdade de género, nomeadamente através de um maior número de iniciativas ao nível do município e do reforço da atividade do Gabinete de Igualdade de Género, a par das campanhas desenvolvidas a nível nacional. -----

2. Incluir nos Planos Educativos Municipais, Cartas Educativas e em parceria com o Conselho Municipal de Educação, medidas no âmbito do combate à violência e desconstrução dos papéis de género e da promoção de uma cultura de igualdade e resolução pacífica de conflitos, dirigidas a crianças e jovens em contexto escolar, e também aos profissionais do sistema



educativo e encarregadas/os de educação.-----

3. Incluir nos objetivos e competências do Conselho Municipal de Segurança a análise e apresentação de propostas relativas ao combate da violência de género, nas suas diversas formas, assim como a colaboração com o Gabinete de Igualdade de Género e com o Espaço Trevo.”-----

“Moção – Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT-----

A privatização dos CTT promovida e defendida pelo PSD e CDS, e que o PS se recusa a reverter, continua a afetar e a prejudicar a população.-----

Depois da degradação acentuada do serviço postal, do despedimento de mil trabalhadores e do encerramento de mais de duas dezenas de estações por todo o país (entre as quais a de Paços de Brandão), a população portuguesa é agora afetada com o aumento dos preços do serviço postal universal. -----

A administração privada dos CTT decidiu impor um aumento de 4,5% no preço de serviços postais essenciais para a população. Esta subida dos preços, superior àquela que foi anunciada pelos CTT para 2017, de 2,4%, afeta serviços como o correio normal, com exceção do correio em quantidade sujeito a preços especiais, o correio registado, o correio editorial/jornais e publicações periódicas, o correio azul e as encomendas postais até 10 kg. -----

Nunca é demais lembrar que em 2013, os CTT deram 61 M€ de lucro e os acionistas privados distribuíram 60 M€ entre si; em 2014, ficaram com 70 dos 78 M€ de lucro; em 2015 apropriaram-se de 71 dos 72 M€ de lucro; em 2016 distribuíram entre si 74 M€ apesar de os CTT terem lucrado ‘apenas’ 62 M€. Estamos perante um caso de ganância e de descapitalização deliberada de uma empresa para enriquecer os bolsos dos seus acionistas. E a fatura está a ser passada aos cidadãos. -----

Já aquando do anúncio de encerramento do balcão de Paços de Brandão, o Bloco de Esquerda apresentou uma moção para que a Assembleia Municipal se pronunciasse pelo fim da privatização de um serviço que deve ser público. A notícia do aumento dos preços do serviço postal que se refletirão no dia a dia dos feirenses dá razão a esta posição. Por isso, o Bloco de Esquerda quer uma posição clara da Assembleia Municipal em defesa da sua população. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 6 de abril de



2018, delibera:-----

1. Manifestar oposição e repúdio pelo aumento dos preços do serviço postal universal em 4,5% imposto pela administração privada dos CTT.-----
2. Apelar à Assembleia da República e ao Governo para que, em nome do interesse público, ponha em marcha a reversão da privatização dos CTT.”-----

De seguida, interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) para se pronunciar sobre os documentos em discussão. -----

Sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio disse serem datas muito importantes que são precisas trazer à colação, todos os dias, para lembrar os valores de Abril e os valores dos trabalhadores, salientando que estes são quem cria riqueza mas que, muitas vezes, são esquecidos. -----

Em relação à recomendação do CDS-PP sobre os incentivos aos bombeiros voluntários disse que os bombeiros merecem todo o reconhecimento, admiração e apoio que seja possível, que devem ter seguros condignos bem como condições condignas de combate aos fogos, mas que, no entendimento do PS, não será somente pelos benefícios monetários que devem ser incentivados e apoiados, que devem ser de outra forma. -----

Salientou que não podia deixar de dizer que concorda que devia existir, em Santa Maria da Feira, o tarifário social da água e do saneamento que é mencionado na recomendação, realçando que mesmo que se quisesse aprovar esse aspeto não era possível pela razão de que não existe no Município, infelizmente, esse tarifário social. Fez notar que o grupo municipal do PS se iria abster em relação a essa recomendação. -----

Relativamente às restantes moções e recomendações disse que mereciam o voto favorável do grupo municipal do PS, mas que queria deixar uma nota quanto à recomendação sobre o Festival de Cinema Luso-Brasileiro, da CDU. Fez sobressair que quem organiza o Festival é uma associação e que é complicado a Assembleia Municipal estar a aprovar recomendações que se vão impor a uma associação, salientando que, contudo, como a recomendação fala em encetar esforços, entende que a Assembleia pode dar diretrizes no sentido do Festival ser desta ou daquela maneira até porque a Câmara Municipal é o grande financiador desse Festival.-----

Concluindo a sua intervenção, frisou que a autonomia da associação organizadora do Festival



de Cinema Luso-Brasileiro deve ser sempre respeitada. -----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que, aludindo à moção apresentada pelo BE sobre a questão dos CTT, disse que o grupo municipal do PSD também repudia o aumento dos preços mas que, contudo, tinha que fazer o enquadramento da situação para que se percebesse como é que a mesma nasceu, recordando que a privatização dos CTT foi incluída no memorando de entendimento com a troika, quando o PS deixou o País na bancarrota, e que isso era importante dizer. -----

Referiu que o grupo municipal do PSD não considera coerente que o BE apresente tal moção nesta Assembleia Municipal, comentando que o BE, sendo um partido que sustenta o governo, tem toda a legitimidade para propor a reversão da privatização dos CTT diretamente ao governo, que é quem tem a legitimidade para levar a cabo essa reversão. Deu nota que o grupo municipal do PSD se iria abster relativamente a essa moção por não se rever no texto da mesma. -----

No que diz respeito à moção da CDU sobre o 1.º de Maio disse que o grupo municipal do PSD, apesar de não concordar e subscrever os considerandos do documento, bem como de não se rever em algumas das expressões usadas, subscreve os pontos propostos para deliberação, pelo que iria votar favoravelmente essa moção. -----

Relativamente à moção da CDU sobre o 25 de Abril referiu haver algumas questões que o grupo municipal do PSD não pode, de todo, subscrever. Salientou que a moção propõe que a Assembleia delibere a promoção e a estimulação da luta, bem como a exigência de uma rotura, fazendo sobressair que o grupo municipal do PSD não se revê nessa forma de fazer política porque entende não ser assim que se consegue a evolução do País, e de Santa Maria da Feira, pelo que iria votar contra essa moção. -----

Sobre a recomendação do BE relativa à recolha do lixo recordou que, na sessão da Assembleia realizada no dia 1 de setembro de 2017, foi apresentada uma recomendação muito idêntica, na qual também se recomendava que a recolha fosse feita 4 vezes por semana em todas as freguesias. -----

Sobre esse assunto referiu que, nas grandes cidades europeias, a recolha do lixo é feita 1 vez por semana, ressaltando que esse é o caminho e não o de aumentar o número de vezes que é feita a recolha porque tal não promove a separação e a triagem dos lixos, fazendo sobressair



que o PSD prefere um serviço de qualidade à quantidade de recolhas. -----
Realçou que foi promovida no Município, há cerca de 7 ou 8 anos, uma iniciativa conjunta entre a Câmara Municipal, a SUMA e a gestão de condomínios, em que foram colocados contentores nas habitações coletivas, que são monitorizados, lavados e desinfetados periodicamente, pelo que não há a necessidade de aumentar o número de recolhas, reafirmando que quando existe um maior número de recolhas não há uma propensão para a triagem do lixo.-----

Acrescentou que, por outro lado, fazendo-se as contas rapidamente, o aumento proposto do número de vezes da recolha de lixo traria um acréscimo de custos ao Município na ordem dos 3 milhões de euros, reforçando que esse não é o caminho pelo que o grupo municipal do PSD também iria votar contra essa recomendação. -----

Quanto à recomendação do BE pelo reforço do combate à violência de género em Santa Maria da Feira disse que a Câmara tem feito esse caminho, e muito bem, através das políticas sociais que tem incrementado. Referiu que a Câmara monitoriza todo o trabalho que está a ser feito, a esse nível, no Concelho, comentando que, felizmente, o concelho de Santa Maria da Feira não tem problemas dessa ordem e que, por isso, o grupo municipal do PSD iria votar contra tal recomendação.-----

Em relação à recomendação do CDS-PP no âmbito dos incentivos aos bombeiros realçou que foi discutida pela Assembleia Municipal, em junho de 2017, uma recomendação idêntica apresentada pela CDU, que também falava na isenção do IMI, na isenção de 50% nas taxas municipais e no desconto de 50% no uso das infraestruturas desportivas municipais, comentando que apesar de saber que o membro Ângelo Santos não integrava, nessa altura, este órgão autárquico, tal é sinal que existe falta de comunicação interna no CDS-PP.-----

Disse, a respeito da recomendação do CDS-PP, que na mesma consta uma questão que, no entendimento do grupo municipal do PSD, não é coerente, que se prende com a prioridade na atribuição de habitação social, fazendo sobressair que há garantidamente pessoas que têm muitas mais dificuldades sociais e financeiras do que alguns dos bombeiros.-----

Salientou que, para além dessa, há uma questão que leva o grupo municipal do PSD a votar contra a recomendação, que foi falada na sessão de junho passado, que se prende com a existência de uma proposta que está a ser elaborada, nesse âmbito, pela Câmara Municipal. Disse ser verdade que tal proposta já poderia estar feita, mas que não está, pelo que o grupo



municipal do PSD entende ser de aguardar pela mesma para, depois, a analisar e debater nesta Assembleia Municipal, fazendo notar que, em coerência com o que fez na sessão de junho de 2017, iria votar contra a recomendação. -----

Concluindo a sua intervenção aludiu à recomendação da CDU sobre o Festival de Cinema Luso-Brasileiro, para dizer que o grupo municipal do PSD se congratula com o texto da mesma e com o entendimento da CDU de que o festival é um marco da cultura do Município e da Região, com reconhecimento nacional e internacional, e que é um motor de desenvolvimento cultural da população do Município. Frisou que o grupo municipal do PSD comunga desse entendimento pelo que iria votar favoravelmente a recomendação, tendo em conta a alteração ao texto da mesma mencionada pelo membro Filipe Moreira. -----

Interveio, de seguida, o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por lembrar à bancada do PSD que é precisamente pela luta que se consegue as coisas, questionando àquela bancada se se lembrava de algum direito dos trabalhadores ou de alguma liberdade que tenha sido alcançada sem luta. Frisou que quando fala em luta não se está, evidentemente, a referir à luta armada, porque o PCP não é apoiante de movimentos *partisans* ou de movimentos armados, mas sim à luta política que é travada no dia a dia da política. Sublinhou ser verdade que o consenso é importante mas que a luta é tão ou mais importante que o consenso. -----

Sobre a recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre os incentivos aos bombeiros disse que a iria votar favoravelmente até porque, como dito pelo membro Rui Ribeiro, é um documento muito idêntico a dois que foram apresentados pela CDU no mandato anterior, um na sessão realizada em junho de 2017 e o outro numa sessão realizada no início desse mandato. -----

Relativamente à moção do BE sobre o repúdio pelo aumento de preços dos serviços dos CTT disse ser evidente que a votaria a favor, salientando tratar-se de mais uma injustiça que está a ser cometida contra a população portuguesa. Referiu estar a falar-se de uma empresa que, apesar dos lucros que obteve em 2017, fechou estações dos CTT, inclusivamente algumas sem qualquer pré-aviso, como aconteceu no caso da estação na Universidade de Aveiro em que as pessoas chegaram lá no dia a seguir e estava encerrada. Realçou que, apesar de ter tido lucro, a administração dos CTT decidiu aumentar os preços, acrescentando estar a falar-se de uma empresa que, no final do ano, distribuía sempre dividendos pelos acionistas quer tivesse lucro ou prejuízo. -----



Fez notar que também iria votar favoravelmente o voto de saudação apresentado pelo BE no âmbito do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. -----

Quanto à recomendação sobre a recolha do lixo disse que a CDU tem muitas dúvidas que o aumento do número de recolhas seja a solução ambientalmente mais favorável para o Município e, até, para o País, mas que do ponto de vista moral é obrigada a votar a favor porque entende que se todos pagam os mesmos impostos têm, também, de ter acesso aos mesmos serviços.-----

Concluindo a sua intervenção informou que iria votar favoravelmente a recomendação respeitante à questão do combate à violência de género, salientando que Santa Maria da Feira era um município em que, por exemplo, no setor da cortiça, até há muito pouco tempo, se registava aquela que é uma das maiores violências de género que é a discriminação salarial, em que as mulheres, para o mesmo trabalho, auferiam um salário inferior aos homens.-----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que, começando por aludir à recomendação do BE sobre a violência de género, disse ser perigoso afirmar-se que não existe violência de género no concelho de Santa Maria da Feira porque, de facto, existe. Realçou que o BE reconhece, no documento, que tem sido feito um trabalho no sentido de combater esse problema, fazendo notar que com a recomendação o BE pretende um aumento desse trabalho e uma dotação orçamental maior, bem como um maior número de iniciativas para continuar a luta contra a violência de género no Concelho.-----

Relativamente à moção do BE sobre os CTT referiu que aquilo que se pretende é que a Assembleia Municipal se pronuncie se está a favor ou contra tal aumento de preços, no fundo, se defende ou não os interesses dos feirenses. Destacou que o BE já propôs na Assembleia da República, e vai continuar a propor, a reversão da privatização dos CTT, reforçando que o pretendido é que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre este aspeto. -----

Quanto ao assunto da recolha do lixo questionou o porquê de serem feitas 4 recolhas por semana no centro da cidade de Santa Maria da Feira se é tão positivo, como diz o grupo municipal do PSD, o modelo europeu da recolha acontecer apenas uma vez por semana. Destacou que não está em causa o número de recolhas em si, mas sim o facto de haver uma discriminação entre as várias freguesias e o centro da cidade de Santa Maria da Feira, pelo que a recomendação do BE é no sentido de que se aplique o mesmo critério em todas as



freguesias. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por recordar uma deliberação tomada pela Assembleia Municipal, no mandato anterior, na sua sessão de 14 de fevereiro de 2014. ---
Referiu que, na altura, a deputada municipal Margarida Gariso apresentou uma recomendação em que se sugeria à Câmara Municipal que fosse atribuído o nome de Dr. Albino Aroso à rotunda que existe em frente ao Hospital S. Sebastião.-----

Salientou que as explicações e os considerandos estavam presentes nesse documento, e que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o mesmo, com os votos favoráveis dos 48 membros presentes.-----

Concluindo disse que, por aquilo que o grupo municipal do PS sabe, não foi tomada nenhuma diligência no sentido de dar seguimento a essa recomendação, questionando à Câmara o porquê de nada ter sido feito nesse sentido.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* recordou que o que estava em debate eram as moções e as recomendações apresentadas nesta sessão e que a intervenção feita pelo membro Daniel Gomes extravasou esse contexto. Referiu que, contudo, a questão ficava registada para que a Câmara a respondesse, caso o entendesse. De seguida, passou a palavra ao membro Ângelo Santos.-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dar nota que iria acompanhar a recomendação da CDU sobre o Festival de Cinema Luso-Brasileiro porque, no entendimento do CDS-PP, é importante para Santa Maria da Feira que o festival se mantenha, para o seu desenvolvimento e para a sua visibilidade.-----

Em relação às moções da CDU a propósito do 25 de Abril e do 1.º de Maio disse que o CDS-PP não as podia acompanhar devido aos considerandos que as mesmas contêm.-----

Sobre a moção apresentada pelo BE respeitante ao aumento de preços dos serviços dos CTT, referiu que, por uma questão de coerência, o CDS-PP não a podia acompanhar, fazendo sobressair que o CDS-PP defende um serviço de correios de qualidade, seja público ou privado, e não se quer envolver na gestão de uma empresa privada.-----

Quanto ao voto de saudação apresentado pelo BE, relativo ao 1.º de Maio, salientou que os



considerandos não deixam o CDS-PP acompanhar tal saudação, apesar de concordar que o 1.º de Maio e o 25 de Abril são datas que devem ser bem lembradas perante todos os cidadãos portugueses. -----

No respeitante à recomendação do BE sobre a recolha do lixo referiu que o CDS-PP também entende que não deve haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, que todos os cidadãos feirenses devem ter um tratamento igual, pelo que a iria acompanhar. -----

Sobre a recomendação no âmbito do combate à violência de género disse que, de forma similar, também iria votar favoravelmente porque o CDS-PP defende a igualdade de tratamento independentemente do género, seja em Santa Maria da Feira ou em qualquer outro lugar. -----

Relativamente à recomendação que apresentou sobre os incentivos aos bombeiros disse querer recordar à bancada do PSD, em resposta à afirmação de que não existe comunicação interna no CDS-PP, que as atas não deixam mentir. Destacou que, pela ata da sessão de 26 de junho de 2017, se vê que foi submetida à Assembleia Municipal uma recomendação muito parecida à que apresentou na sessão de hoje e que, nessa altura, a desculpa que o PSD usou para não a aprovar foi de que tal matéria estava a ser tratada pela Câmara Municipal. -----

Nesse âmbito disse que o CDS-PP gostava que tal projeto não fosse mais um projeto de intenções por parte da Câmara Municipal, ressaltando que o CDS-PP entendeu apresentar novamente uma recomendação no âmbito da mesma matéria porque, lamentavelmente, decorreu um mandato sem que algo fosse posto em prática. -----

Em relação ao reparo feito pelo membro Sérgio Cirino de que a recomendação devia contemplar outras questões, referiu que a mesma pode ser mais abrangente e incorporar outras mais-valias para que mais pessoas queiram integrar as corporações de bombeiros, comentando que as corporações precisam de quem esteja disponível para prestar melhor socorro e um melhor serviço a todos os cidadãos. -----

Entraram os membros Juliana Rocha e Armando Teixeira. -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* questionou ao Sr. Presidente da Câmara se queria usar da palavra em relação a algum dos documentos em apreço, tendo o mesmo prescindido de o fazer. -----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Recomendação “Incentivos aos Bombeiros Voluntários”, apresentada pelo membro Ângelo Santos (CDS-PP):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (BE:2, CDU:1, CDS-PP:1), 33 votos contra (PSD:32, IND:1) e 13 abstenções (PS), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”, apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:32, PS:13, BE:2, CDU:1, IND:1) e 1 abstenção (CDS-PP), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entraram os membros José Carlos Silva e Rita Micaela Marques – esta em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, a qual deixou à Mesa a respetiva credencial de substituição. -----

– *Recomendação “Festival de Cinema Luso-Brasileiro”, apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD:34, PS:12, BE:2, CDU:1, CDS-PP:1, IND:1) e 1 abstenção (PS – Francisco Andrade), aprovar a recomendação em epígrafe com a alteração mencionada pelo seu subscritor, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril”, apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:13, BE:2, CDU:1, IND:1) e 35 votos contra (PSD:34, CDS-PP:1), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



– Moção “Repúdio pelo aumento de preços dos serviços postais levado a cabo pela administração privada dos CTT”, apresentada pela deputada municipal Salomé Ventura (BE): -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:13, BE:2, CDU:1, IND:1), 2 votos contra (PSD:1 – Amadeu Albergaria, CDS-PP:1) e 33 abstenções (PSD), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Voto de Saudação “1.º de Maio – Dia do Trabalhador”, apresentada pela deputada municipal Salomé Ventura (BE): -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:13, BE:2, CDU:1, IND:1) e 35 votos contra (PSD:34, CDS-PP:1), rejeitar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Igualdade de tratamento de todas as freguesias no que toca à recolha de lixo”, apresentada pela deputada municipal Salomé Ventura (BE): -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:13, BE:2, CDU:1, CDS-PP:1), 34 votos contra (PSD) e 1 abstenção (IND), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação “Pelo reforço do combate à violência de género em Santa Maria da Feira”, apresentada pela deputada municipal Salomé Ventura (BE): -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:13, BE:2, CDU:1, CDS-PP:1, IND:1) e 34 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----



Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referir que, ao longo do mandato anterior, foi notória a insistência da CDU na denúncia das lixeiras a céu aberto, também chamadas de montureiras, ressaltando que ainda nesta semana a CDU fez uma nota relativamente a uma lixeira que persiste, há vários meses, no lugar da Nossa Senhora da Piedade, bem perto desta Biblioteca Municipal.-----

Disse ser verdade que a Câmara Municipal não tem culpa que as pessoas depositem lixo naquele local mas que, por outro lado, compete à Câmara fiscalizar e fazer tudo para que tais lixeiras não permaneçam, comentando que quando há lixo num determinado local existe uma maior probabilidade da pessoa que vem a seguir depositar ali, de igual forma, lixo.-----

Perante isto questionou o que é que a Câmara Municipal tem feito para evitar as lixeiras a céu aberto, se tem fiscalizado para que tais situações não ocorram, bem como se tem sido desenvolvido o reforço da educação ambiental no Concelho no seguimento da recomendação da CDU que foi aprovada, pela Assembleia Municipal, nesse sentido.-----

Salientou que outra questão prende-se com a reabilitação da rede viária, realçando que existem obras a avançar quase a passo de caracol. Referiu que, como dito por alguns vereadores na reunião da Câmara Municipal, é colocada uma tinta preta por cima do asfalto para, depois, passados meses, irem esburacar à volta das tampas de saneamento e colocar cimento, ficando as tampas desniveladas, para depois, volvidos mais alguns meses, se proceder à pintura da sinalização horizontal nas respetivas vias.-----

Concluindo disse ser isso que acontece em algumas freguesias, ou seja, que as vias continuam sem a chamada sinalização horizontal apesar de terem sido repavimentadas há quase um ano. -

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por aludir às Áreas de Reabilitação Urbana, aprovadas pela Assembleia Municipal em 2015 e publicadas em Diário da República, para dizer que o Executivo municipal foi alertado, na reunião do Conselho Metropolitano do Porto realizada no dia 2 de março de 2018, por estar a deixar caducar o prazo para a entrega de candidaturas ao financiamento de projetos de reabilitação e revitalização urbana, nomeadamente dos centros das freguesias, deixando desse modo perder importantes fundos comunitários no âmbito do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – IFRRU 2020. Questionou qual a situação atual do concelho de Santa Maria da Feira no respeitante a esta matéria.-----



Referiu que outra questão prende-se com a moção do CDS-PP sobre a monitorização da qualidade do ar e do ruído em Santa Maria da Feira, que foi apresentada na última sessão da Assembleia Municipal. Recordou que o argumento dado para a não aprovação dessa moção foi que tal trabalho já estava a ser realizado, bem como a questão dos custos envolvidos na publicação dos resultados nos órgãos de comunicação social do Concelho, questionando qual a empresa que está a levar a cabo essa monitorização e onde pode consultar os resultados obtidos. -----

Concluindo a sua intervenção referiu-se à denúncia feita pelo CDS-PP, na última sessão da Assembleia Municipal, a respeito do atentado ambiental ocorrido no Castro de Romariz. Após agradecer a intervenção célere da Câmara Municipal na limpeza desses terrenos, questionou qual a situação dos mesmos e se foi descoberto o prevaricador desse atentado ambiental. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o BE teve conhecimento que a Indagua decidiu implementar, numa casa particular localizada em Nogueira da Regedoura, uma válvula automática de controlo remoto que permite o corte de abastecimento de água. Salientou que a válvula em questão é um equipamento da Indagua e para a Indagua, pelo que questiona o porquê da mesma ter sido faturada ao município, no valor de 300 euros. Questionou se a Câmara tem conhecimento deste caso, ou de outros, se deu autorização para tal tipo de cobranças e ao abrigo de que disposições é que são feitas, perguntando ainda até que ponto é que o concelho de Santa Maria da Feira será uma espécie de estado de ausência de direito quando se fala da Indagua. -----

Realçou que a Indagua é a concessionária e não a dona, acrescentando que quando se fala da Indagua parece que a mesma tem todos os poderes e que os consumidores não têm poder nenhum, pelo que tornou a questionar o que é que a Câmara vai fazer em relação à situação que expôs. -----

Referiu que um outro assunto que queria questionar prende-se com um projeto chamado “A Minha Rua”, salientando ser um projeto interessante de promoção de cidadania e participação cidadã, de transparência e de aproximação do executivo aos cidadãos, fazendo notar que tal projeto permite aos municípios relatar ocorrências no espaço público, como luzes fundidas, problemas nos passeios e nas ruas, e outras situações, e depois monitorizar a resolução desses problemas. -----



Informou que, do distrito de Aveiro, já aderiram ao projeto os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, Ovar, Sever do Vouga e Vale de Cambra, questionando o porquê de Santa Maria da Feira ainda não ter aderido e se vai aderir, tendo em conta que se trata de uma ferramenta importante para aproximar a gestão autárquica dos municípios.-----

Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por dizer que, recentemente, tomou conhecimento que alguns municípios estão a ser vítimas de multas de estacionamento proibido, mormente em Sanguedo, Fiães e Lourosa. Referiu que apesar de ser verdade que a GNR e a PSP estarão a cumprir a lei, o certo é que a maioria das estradas do Concelho têm 7 metros de largura, pelo que questiona como é que, quer haja ou não sinal de estacionamento proibido, consegue estacionar o seu veículo em tais estradas sem estar sujeito a multa.-----

Disse não saber o que a Câmara pode fazer nesta matéria, mas que era bom que a Câmara conversasse com os responsáveis para que os agentes de autoridade sejam, pelo menos, tolerantes, reafirmando que a maioria das estradas concelhias têm apenas 7 metros de largura e que o Código da Estrada diz que, ao estacionar, se deve deixar 3 metros de largura até ao eixo da via. Salientou que, portanto, não se consegue estacionar na maioria das estradas concelhias sem correr o risco de apanhar multa, acrescentando que tal situação deve fazer com que a Câmara pense, no futuro, em fazer ruas mais largas para que as pessoas possam estacionar os seus veículos à-vontade.-----

Prosseguindo o membro António Santos disse que a Câmara fez, recentemente, a repavimentação de algumas ruas no Concelho, comentando que algumas chegaram com um atraso de mais de uma dúzia de anos mas que, como diz o ditado, mais vale tarde do que nunca. Nesse âmbito disse que, em algumas das estradas, as sarjetas e as caixas de escoamento das águas pluviais estão a uma profundidade enorme, pelo que aconselha a quem transita no Concelho a não cumprir o Código da Estrada na parte que diz que se deve circular o mais à direita possível da via, pois quem o fizer corre o risco de ficar apeado e de levar para casa despesas com as quais não contava. Referiu não saber a quem compete resolver o problema, se é a Câmara Municipal, se é o dono da obra ou se é o empreiteiro, mas que apelava para que não se aguardasse 2 ou 3 anos para resolver esse problema pelo perigo que o mesmo apresenta a quem circula nessas estradas.-----



Posto isto, disse querer terminar a sua intervenção dando um agradecimento ao Sr. Presidente da Assembleia. Referiu ter pedido ao serviço de apoio aos órgãos autárquicos os documentos em papel desta sessão, ao que lhe foi respondido que seria pedida autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para o efeito, tendo em conta a alteração regimental relativa à disponibilização da referida documentação. -----

Referiu ter dúvidas que a lei permita tal proceder, de se disponibilizar a documentação em formato digital, questionando quem é que o obriga a ter internet, a ter computador e uma impressora para imprimir toda a documentação, acrescentando que se tal procedimento for legal então que continue a ser adotado, mas que, se não for, terá de se resolver tal situação. Concluindo a sua intervenção o membro António Santos disse que, de qualquer das formas, queria agradecer o gesto do Sr. Presidente da Assembleia de ter anuído ao pedido que fez. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começando por aludir às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira referiu, em relação à lixeira no lugar da Nossa Senhora da Piedade, que desconhece a existência de tal lixeira mas que mandaria os serviços camarários averiguar para, se for caso disso, se proceder à respetiva limpeza. -----

Salientou que, apesar da muita atenção e das limpezas feitas com grande frequência, as lixeiras vão sempre surgindo no Concelho, comentando não compreender o porquê das pessoas preferirem ir abandonar os sofás e os colchões no meio dos montes do que telefonar para o serviço que existe de recolha ao domicílio, uma vez que dá mais trabalho ir levá-los ao monte do que telefonar para alguém ir buscá-los a casa. Frisou que, portanto, a Câmara terá que continuar com o trabalho da limpeza das lixeiras que vão surgindo. -----

Sobre a pintura da sinalização horizontal nas estradas esclareceu que essa é uma empreitada diferente da pavimentação, dando nota que, relativamente às 3 primeiras fases de pavimentações, foi já adjudicada a realização das respetivas pinturas. Referiu que o tempo chuvoso dos últimos meses atrasou um pouco a empreitada mas que a mesma seria concluída muito em breve, esclarecendo que, quanto às fases 4, 5 e 6 de pavimentações que estão em curso, está a ser tratado o processo do concurso público para adjudicar a pintura desses pavimentos. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos referiu, quanto à questão da



caducidade do prazo para apresentação de candidaturas, no âmbito das ARU, que a Câmara Municipal está a tratar do assunto e que não vai deixar caducar o prazo. -----

No respeitante à questão da qualidade do ar informou que a Câmara não tem nenhuma estação de monitorização, acrescentando que, pelo que sabe, é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) que terá. -----

Sobre a poluição na zona do Castro de Romariz deu nota que foram retirados os bidões e que não foram identificados os autores da situação. -----

Relativamente ao mencionado pelo membro Moisés Ferreira sobre um equipamento que terá sido colocado pela Indaqua numa casa particular, disse estranhar a situação, ressaltando que se o consumidor acha que não deve pagar, então que não pague, fazendo sobressair que a Câmara tem um gabinete de apoio ao consumidor, a funcionar numa loja localizada no Mercado Municipal, e que o munícipe pode ir ali e receber a ajuda devida para fazer a reclamação. -----

No que diz respeito ao projeto “A Minha Rua” disse tratar-se de uma aplicação informática, fazendo notar que a Câmara já havia tomado, há 2 ou 3 anos, conhecimento da mesma e que não considerou pertinente que fosse aplicada no Município, para além de ser uma aplicação cara, nomeadamente na questão da manutenção. Referiu que todas as semanas chega à Câmara uma proposta para aquisição de aplicação, comentando que a Câmara precisa ter alguma prudência porque, se não, um dia estará a pagar 15, 20, 30 mil euros nesta ou naquela aplicação que, depois, não serve para nada. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo às questões colocadas pelo membro António Santos. Sobre a questão das multas de estacionamento em Sanguedo disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já o havia alertado, telefonicamente, para esse problema. Disse ter pedido aos juristas da Câmara para estudarem a situação e que, pelo que foi informado, a GNR terá a lei do seu lado, ressaltando que não pode pedir ao Comandante para não fazer cumprir a lei mas que vai tentar falar com ele para fazer alguma persuasão para o problema, tendo em conta que a maioria das estradas do Concelho têm 6 ou 7 metros de largura, por vezes até menos. Fez sobressair que, contudo, não tem uma solução para esta situação. -----

Em relação à questão das pavimentações e do levantamento das tampas e grelhas das sarjetas deu nota que tal trabalho compete aos empreiteiros e que estes, normalmente, fazem o serviço



em duas fases, que primeiro colocam o tapete e, mais tarde, geralmente recorrendo a subempreitadas, fazem o trabalho do levantamento das tampas e grelhas das sarjetas. Referiu ser isso que está a acontecer um pouco por todo o lado, que é um modo de execução, que está nas condições do contrato e que é assim que o trabalho está a ser feito.-----

Sobre a questão do uso da internet recordou que o primeiro a obrigar os cidadãos a usar a internet foi o governo, com a situação da entrega das declarações do IRS através da internet, ressaltando que se está a viver uma época em que a tendência é para a desmaterialização dos processos, para não gastar papel, sendo essa uma forma de defender o ambiente.-----

Disse compreender que é preciso ter alguma prudência neste processo porque ainda existe alguma iliteracia informática, principalmente das pessoas mais idosas, pelo que se poderá admitir situações excecionais, realçando contudo que, felizmente, o computador e a internet são ferramentas disponíveis para quase todos e que, apesar dele próprio preferir o papel ao computador, entende ser um esforço e uma adaptação que todos devem fazer, em defesa do ambiente.-----

Relativamente à questão colocada pelo membro Daniel Gomes sobre uma deliberação unânime da Assembleia Municipal, no sentido de atribuir o nome do Dr. Albino Aroso à rotunda em frente ao Hospital S. Sebastião, disse não se recordar dessa deliberação.-----

Salientou não ser favorável a tal atribuição, que apesar da muita estima e amizade que chegou a ter pelo Dr. Albino Aroso, que era pai de uma pessoa sua conhecida, não lhe parece que o mesmo tenha tido um papel tão relevante no que se refere à história do Hospital que mereça ter o seu nome naquela rotunda. Referiu que aquela rotunda é usualmente chamada de rotunda do hospital e que, no seu entendimento, deve manter-se assim porque é uma forma de homenagear todos os feirenses que estiveram envolvidos na história do Hospital, que é uma história com mais de 50 anos, onde muita gente se empenhou para comprar o terreno, onde a Santa Casa da Misericórdia se empenhou, onde muitos feirenses se empenharam, indo a Lisboa, fazendo coletas e outras iniciativas, pelo que lhe parece injusto para esses feirenses atribuir àquela rotunda o nome de alguém que, provavelmente, nada fez para que o Hospital estivesse ali.-----

Concluindo o Sr. Presidente da Câmara reafirmou não se recordar dessa decisão unânime da Assembleia Municipal, frisando que, pessoalmente, gosta do nome rotunda do hospital e que não é favorável à recomendação da atribuição do nome do Dr. Albino Aroso àquela rotunda.--



Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* disse querer dar um esclarecimento ao membro António Santos, dizendo-lhe que a Mesa cumpre aquilo que foi aprovado no regimento e que este prevê que, neste momento, sejam disponibilizados os documentos a todos os membros em formato digital e uma cópia em papel a cada um dos grupos municipais representados neste Órgão, frisando que a Mesa deu cumprimento a isso. -----

Referiu que a decisão do Presidente da Assembleia não foi nenhum especial favor mas sim um entendimento no sentido de que, estando o regimento a ser usado pela primeira vez após as alterações aprovadas na última sessão, nem todos os senhores deputados estejam ainda a par de todas as alterações introduzidas. -----

Recordou que houve um período de discussão e que essa questão não foi levantada, segundo sabe, por nenhum dos partidos, salientando ainda que o regimento foi enviado a todos os senhores deputados e que não foi dada nenhuma achega sobre o mesmo. -----

Salientou que, contudo, tal não prejudica a análise política que pode ser feita no âmbito da desmaterialização que está em curso em toda a sociedade, frisando que o PS pode, a qualquer momento, levantar essa questão na Comissão Permanente ou até propor uma alteração ao regimento, reafirmando que não há prejuízo nenhum em discutir essa questão. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2018 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente enviada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 41 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Manuel Strecht Monteiro, Tiago Carneiro, Maria Bastos Oliveira, Regina Silva, José Castro, Cláudia Correia, Joana Ribas, Rui Oliveira, Manuel Pinho, Rita Marques e Alberto Tavares. -----



Entrou o membro Manuel Oliveira de Almeida.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.517, em 28 de março de 2018 – que se faz acompanhar pelo II Relatório de 2018 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, de seguida, a apreciação.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, aludindo à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados entre o dia 1 de fevereiro e 23 de março de 2018, disse haver alguns fornecimentos de serviços que causam dúvidas ao BE, pelo que queria questionar para ficar a saber do que se tratam em concreto.-----

Referiu que duas rubricas dizem respeito a serviços jurídicos, um com a designação “serviços de apoio jurídico”, no valor de 61.560 €, e um outro com a designação “aquisição de serviços jurídicos”, no montante de 23.000 €, totalizando 84.560 €. Questionou a quem e para que efeito é que foram contratados tais serviços jurídicos, bem como quantos juristas existem, neste momento, na Câmara Municipal, e qual a razão para não serem eles a realizar tais trabalhos.-----

Realçou que outra rubrica diz respeito à “monitorização da política educativa do Município de Santa Maria da Feira”, no valor de 50.000 €, perguntado no que consiste tal adjudicação, o que se pretende com a mesma e a quem foi adjudicada.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que, aludindo ao quadro III referente aos Investimentos por Grupos de Classificação Económica, salientou que, em relação à rubrica “material de transportes”, foram gastos cerca de 242 mil euros em 2017, que em 2016 gastaram-se cerca de 29 mil euros e, em 2015, cerca de 100 mil euros. Questionou o porquê de tal aumento verificado em 2017, se o mesmo está relacionado com a compra de viaturas



novas ou com algum tipo de manutenção das mesmas. -----

Disse que as outras duas questões que queria colocar vão ao encontro das colocadas pelo membro Moisés Ferreira. Referiu que são apresentadas duas rubricas de aquisição de serviços jurídicos, uma de 61.560 € e outra de 23.000 €, quando é sabido que a Câmara Municipal tem, ela própria, um gabinete jurídico, frisando que tal situação padece de uma justificação. -----

Relativamente à rubrica “monitorização da política educativa do Município de Santa Maria da Feira”, no valor de 50.000 €, disse também ser sabido que a Câmara tem um gabinete de Educação bastante competente, com técnicos muito competentes e muito profissionais, pelo que questionava se tal rubrica se refere à contratação de alguma empresa ou à aquisição de algum software, bem como se houve um concurso público para tal aquisição. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Quanto à questão da aquisição de serviços jurídicos disse tratarem-se de gabinetes de apoio jurídico que a Câmara tem contratado. Informou que a Câmara tem 6 juristas nos seus quadros, que tem dois gabinetes de apoio jurídico, um mais especializado na contratação pública e um outro que faz todo o tipo de serviço de apoio jurídico. -----

Em relação à rubrica “monitorização da política educativa do Município de Santa Maria da Feira”, no valor de 50.000 €, disse que tal verba é para 3 anos e diz respeito a um contrato celebrado com a Universidade de Aveiro. Disse que a Câmara fez um ajuste direto com a Universidade de Aveiro porque entendeu ser uma entidade competente para fazer aquilo que se pretende, lembrando que a Câmara já firmou com aquela Universidade um acordo no âmbito da revisão da Carta Educativa do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à verba gasta, em 2017, no âmbito da rubrica “material de transportes”, disse julgar que tal tem a ver com um camião que a Câmara comprou. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

Entrou o membro Justino Santos Pinto. -----



3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2017-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe – enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de março de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Acho que a iniciativa que a Câmara Municipal teve de fazer uma análise, aqui nas Contas de 2017, do panorama de um mandato, parece-nos interessante, e é compreensível que assim seja. Claro que não concordamos com tudo aquilo que a Câmara Municipal diz, até porque a Câmara Municipal puxa a si muitas coisas que sabemos que não são, ou que não são só, fruto da atividade da Câmara Municipal.-----

Eu já nem vou referir a questão do desemprego porque sabemos que, hoje, o emprego é uma arma de arremesso. A Câmara Municipal atira ao governo que o emprego foi criado à custa da Câmara, o governo, ou o PS, atira que foi à custa do governo, e há uma luta, uma conversa sem fim. -----

A verdade é que o emprego foi conseguido com luta, com a luta dos empresários, com a luta dos trabalhadores que se sujeitaram, muitas vezes, à precariedade, precariedade que ainda persiste e que é também obrigação da Câmara Municipal lutar para que essa precariedade termine no município de Santa Maria da Feira. E é a eles efetivamente que se deve. -----

Muitos de nós somos da classe trabalhadora, aliás, a grande maioria que aqui está é da classe trabalhadora, apesar de terem visões ideológicas diferentes dessa mesma classe sabem o que nós passamos para manter os nossos postos de trabalho, ou, até, para criar novos postos de trabalho. -----

E também sabemos que este crescimento económico, esta bolha que hoje se vive, vive-se muito à custa dos fundos comunitários, que tardaram em chegar mas que chegaram e que permitiram que a Câmara Municipal efetivasse algumas obras, por exemplo, algumas



infraestruturas novas, outros tipos de projetos, e as próprias empresas também.-----

De referir que, do ponto de vista das Contas da Câmara Municipal, nós não poderemos aqui apontar o dedo até porque elas foram validadas por técnicos, e não há aqui por onde se possa pegar, do ponto de vista da discussão. Pode-se pegar é do ponto de vista ideológico, da utilização que se fez do dinheiro camarário, e é precisamente por aí que nós temos pegado sempre, e que continuaremos efetivamente a pegar.-----

É verdade que a Câmara Municipal, hoje, está numa situação mais satisfatória, há uma redução clara da dívida e por isso há um desafogo, e nós entendemos que se há um desafogo deveria ter sido investido mais dinheiro na ação social, fruto da crise. Nós sabemos que é nas crises que se deve investir mais na ação social, e que se foi havendo um desafogo ao longo dos anos, que esse desafogo deveria ter permitido à Câmara Municipal direcionar o seu foco na ação social.-----

Depois o Sr. Presidente refere aqui a questão dos parques empresariais. Nós sabemos que num parque a Câmara Municipal é apenas acionista e que o outro é um parque privado. É verdade que a Câmara Municipal fez esforços para que os parques ficassem no município de Santa Maria da Feira, ninguém tira o louvor e o trabalho que a Câmara Municipal teve, mas mais uma vez muito do esforço e da criação destes parques empresariais deve-se precisamente ao privado, e não propriamente à Câmara Municipal.-----

Temos a questão das estradas, que era um dos pontos fortes que o PSD apresentou em campanha, e que é verdade que algumas estradas foram realizadas, mas aqui entendemos que a Câmara Municipal falhou porque as obras não foram realizadas ao ritmo que era necessário para o Município. Ainda hoje temos muitas estradas degradadas, temos um problema grave de urbanismo, temos um problema grave de acessibilidades, não é fácil conduzir em Santa Maria da Feira, não é fácil deslocar-nos em Santa Maria da Feira, não é fácil andar a pé em Santa Maria da Feira, nomeadamente na sede do Município. É extremamente difícil andar a pé, não há propriamente passadeiras, os passeios sabemos que não são propriamente os mais adequados, e também sabemos que é fruto de um crescimento urbanístico, já aqui referimos várias vezes, que ocorreu e que não teve em consideração isso, e que hoje é difícil corrigir. Mas entendemos que há necessidade de também pormos o enfoque nesta área.-----

E relativamente à mobilidade temos a questão dos transportes públicos. No mandato anterior, e no ano passado, em 2017, muito pouco foi feito na questão dos transportes públicos. Aquilo



a que se pode designar de transportes públicos no Município da Feira temos a Linha do Vouga e, depois, temos um autocarro que é, no fundo, um transporte público municipal mas que não satisfaz as necessidades da população feirense. -----

Nós temos trabalhadoras que, para virem trabalhar para a sede do Município, têm que vir no transporte escolar, não têm outra alternativa para virem, por exemplo, de Canedo para Santa Maria da Feira, é um exemplo concreto que também já aqui trouxemos. -----

De referir também que no mandato anterior, e foi aqui levantado por diversas vezes, a Câmara Municipal não aprimorou pelo planeamento, e isso verificou-se na quantidade de ajustes diretos que a Câmara Municipal teve ao longo de todo o mandato. E nós temos muitas dúvidas que o ajuste direto seja uma forma favorável para a Câmara Municipal gerir os dinheiros públicos. Ou seja, quando há um concurso público vai-se optar por aquela que é a melhor opção dentro de várias opções, num ajuste direto é mais limitado e parece-nos que, tendencialmente, sairá mais caro à Câmara Municipal. -----

Do ponto de vista do ambiente queria aqui também referir, já referi numa questão que fiz há pouco, a questão das lixeiras a céu aberto e da necessidade de aumentar a fiscalização, e a fiscalização geral, não é só do ponto de vista do ambiente como do ponto de vista das obras, que até levantou uma celeuma bastante complicada, complexa, no mínimo, na última reunião de Câmara. -----

E, aliás, questões que também nós fomos levantando, sob o ponto de vista até de requerimentos, de cidadãos que nos chegam com queixas porque foram cometidas obras ilegais por parte do vizinho que, depois, prejudicam outros cidadãos, por falta precisamente da fiscalização que permitiu que essas obras ocorressem. -----

Voltando um pouco atrás, na questão dos transportes, há algo que é falado desde que eu me lembre, e pelo que sei é falado há décadas, que é o centro coordenador de transportes. Todos os partidos põem no seu prospeto eleitoral, e todos os partidos, nos grandes debates, referem o centro coordenador de transportes, e a verdade é que nós continuamos sem o centro coordenador de transportes. -----

Ainda no mês passado estive em Fornos de Algodres, é um município que tem 4.000 habitantes que tem dois centros de transportes, e nós não temos um único centro coordenador de transportes, com 150.000 habitantes. O Sr. Presidente ri-se mas a verdade é esta, e o Sr. Presidente pode dizer que a Feirense é um centro coordenador de transportes, ou a central da



Feirense, mas não é, não é um centro coordenador de transportes. -----
Para não falar precisamente da rede de transportes públicos que é inexistente, como referi há pouco. O Sr. Presidente anunciou ainda este mês, ou no mês passado, em março, que vai ser criado no âmbito da Área Metropolitana do Porto um autocarro de ligação Feira-Aeroporto, salvo erro. Não nos parece que isso seja suficiente, ou seja, é bastante interessante para trazer até turistas para a Feira, mas não é o necessário para a população feirense. -----
Para terminar, do ponto de vista da ação social nós sabemos que os bairros com mais de 15 anos vão ser intervencionados, mas parece-nos que há aqui uma grave falha, também, nesta área, porque sabemos que há inúmeras habitações sociais que carecem, elas também, de intervenção, de intervenções de menor âmbito mas também de grande âmbito. -----
De referir que foi evidentemente um mandato bastante interessante, bastante preenchido, até do ponto de vista cultural foi bastante preenchido. Não sei se terá tido mais ou menos do que no mandato anterior, sei que se fez uma divulgação maior e é verdade que dá a sensação que se fez mais, até porque temos o Cineteatro António Lamoso a funcionar em pleno e deu-se destaque, grande destaque, às vezes a pequenas coisas mas que, com um marketing por trás muito grande, faz parecer que foram coisas bastante pujantes. -----
E, às vezes, perdeu-se o fio para chegar ao pormenor que é tão importante, como é a questão, por exemplo, das habitações sociais, que parecem uma questão menor mas que, na realidade, são a questão maior.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, pela explanação feita pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente ao último mandato, dá a sensação que o município de Santa Maria da Feira é um oásis quando, por exemplo, muitas das zonas industriais do Concelho estão cheias de proprietários mas com carência de fábricas. Referiu que muitos dos terrenos estão comprados há 15 anos mas continuam sem ser usados para a produção industrial, salientando que a comissão de acompanhamento ao tecido industrial do Concelho que o CDS-PP propôs, na última sessão da Assembleia Municipal, era exatamente para se poder perceber o porquê disso.-----

Relativamente à questão das pavimentações das estradas disse ser verdade que tem sido feito um grande esforço no Concelho a esse nível, destacando contudo que, como referiu em ocasiões anteriores, entende que se está a perder uma excelente oportunidade para dotar o



Concelho de melhores condições no que às acessibilidades diz respeito. Saliou que é preciso fazer melhores alargamentos onde é possível bem como colocar as infraestruturas necessárias antes de se proceder às pavimentações, sublinhando que isso é o mínimo mas que não está a ser feito em muitas freguesias levando a que, depois, se tenha de rebentar novamente os pavimentos para que tais infraestruturas possam ser feitas. Frisou ser essa a realidade que se passa no Concelho, comentando que, apesar de saber que as eleições somente são de 4 em 4 anos, reconhece que muito tem sido feito em relação às pavimentações mas que também entende que era impossível deixar as estradas no estado em que estavam. Disse que, apesar do que falou, também reconhece que algumas freguesias têm feito um excelente trabalho de ordenamento e requalificação das suas vias, mas que não citava nomes para não ferir sensibilidades de ninguém. -----

Em relação à questão dos eventos destacou que Santa Maria da Feira tem tido excelentes eventos, que são apostas ganhas, lamentando que não exista um projeto turístico sustentado nem infraestruturas capazes para capitalizar os muitos turistas que vêm a Santa Maria da Feira, para que não venham só durante um dia visitar um evento mas para ficar, por exemplo, 8 dias em Santa Maria da Feira, de modo a poderem fazer um circuito pelo Município e ficarem a conhecer a realidade deste. -----

Referiu que é necessário tornar o Concelho atrativo nessa área porque, nos dias de hoje, o turismo tem sido uma mola de desenvolvimento muito grande em muitos municípios, valendo, na balança de alguns, tanto como a indústria, comentando que gostava de deixar esse alerta para que se comece a trabalhar, em Santa Maria da Feira, nesse sentido.-----

Quanto à situação das infraestruturas desportivas salientou que Santa Maria da Feira ainda tem muitos défices para poder ser atrativo e puxar para si eventos desportivos de relevo, conciliando a dimensão que tem com a capacidade de mobilizar e atrair os jovens para o Concelho. Referiu que tais eventos de relevo são uma fonte de rendimento e uma fonte de visibilidade, reforçando que Santa Maria da Feira tem muitas deficiências nessa área, tem falta de equipamentos desportivos que permitam proporcionar esse tipo de eventos, com alguma dimensão, que trazem nome e desenvolvimento para o Concelho. -----

Em relação à situação das escolas disse que existem algumas apostas que se quer fazer crer que estão a ser uma realidade mas que ainda estão longe de ser concretizadas. Nesse âmbito questionou para quando a construção de uma escola secundária no nordeste do Concelho, para



quando haver uma distribuição de equipamentos mais homogénea para que todos os feirenses se sintam feirenses de primeira, para que não haja feirenses mais privilegiados do que outros. - Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos disse ser nesse sentido que quer deixar tais alertas, sem deixar de dizer que há coisas bem feitas em Santa Maria da Feira, que não é tudo mau mas que há muita coisa ainda por fazer. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Relatório de Atividades e de Contas relativo ao ano de 2017 que foi entregue à Assembleia Municipal regista um tom bastante positivo por parte do Executivo sobre a execução feita. Para o Bloco de Esquerda não me parece haver razões para o tom tão positivo com que é apresentado no relatório. -----

1. O Senhor Presidente da Câmara começa por referir a descida do desemprego. É verdade que se tem verificado a diminuição da taxa de desemprego no município, e ainda bem que assim o é! Mas não esqueçamos que esta diminuição vem em consequência, essencialmente, das políticas desenvolvidas a nível nacional. -----

É importante frisar que uma grande parte dos postos de trabalho criados no concelho, assim como no resto do país, correspondem a postos de trabalho precários. É fundamental a luta contínua por uma descida do desemprego que seja acompanhada por postos de trabalho com direitos e Santa Maria da Feira tem ainda muito que avançar nesta matéria. -----

2. Olhamos para a Habitação Social. Assume-se, no relatório de atividades, a escassez de respostas de habitação, mas verificamos que do orçamento para a habitação, previsto para 2017, a taxa de execução é de apenas 19%. Isto num concelho onde, e segundo este mesmo relatório de atividades, 24% dos agregados que solicitam uma habitação social, residem em habitações degradadas, e ainda 6% que vivem em casas abarracadas e 4% em quartos ou pensão. -----

Percebemos facilmente que para além da dotação orçamental ser manifestamente baixa, a sua execução é ainda mais baixa. É clara a urgência da reabilitação das habitações. É necessário não só requalificar as habitações existentes como garantir novas habitações disponíveis. No fundo, é urgente uma nova política de habitação e a sua execução. -----

3. O mesmo acontece nas funções sociais. A execução orçamental das funções sociais da



Câmara Municipal continua manifestamente baixa, tendo já um orçamento muito baixo para esta área.-----

4. Diz-nos que há uma aposta no Desporto, mas a verdade é que existiu sim um investimento em relvados, enquanto continuam a existir inúmeros polidesportivos de uso livre ao abandono.-----

5. Reabilitação da rede viária: As obras foram e são necessárias, mas reabilitar a rede viária não passa só por renovar o alcatrão.-----

Uma vez que está a realizar-se um grande investimento nesta área, deveria repensar-se o modelo de intervenção. Deveria passar por outras questões como melhoria do sistema de iluminação pública ou a reestruturação das zonas de circulação de peões.-----

No relatório de atividades são apresentadas imagens representativas de inúmeros projetos para o concelho. Mas Sr. Presidente, há projetos anunciados há anos. O que é preciso é que efetivamente saiam do papel e sejam executados.-----

6. Voltando ao cerne da questão: a execução da despesa de capital, que na verdade corresponde ao investimento propriamente dito, continua muito baixa: cerca de 54%.-----

Com esta taxa de execução, percebe-se o excedente de mais de 27 milhões de euros. Não podemos deixar de salientar que esse excedente foi alcançado à custa da não execução ou da baixa taxa de execução das funções sociais ou da baixa taxa de execução do investimento no parque de habitação social. Com tantos problemas e carências nestas áreas não se pode aplaudir este excedente!-----

Senhor Presidente: a verdade é que ficou muito por executar!-----

E esta é verdadeiramente a principal crítica. Porque quando existe um excedente de 27 milhões de euros, que ficaram por investir no ano de 2017, significa que foram 27 milhões de euros que deixaram de ser colocados ao serviço da população, essencialmente ao serviço de quem mais precisava e precisa de uma verdadeira política social.”-----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Estamos cá para discutir o Relatório de Atividades e o Relatório de Gestão, que são os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2017, sendo certo que do texto resulta que estamos a falar do ano de 2017 mas com uma clara apreciação, também, dos quatro anos que se antecederam e que terminaram em 2017.-----



Perante o teor do Relatório de Gestão e do Relatório de Atividades parece-me, até, num tom um bocadinho laudatório, o impacto daquilo, mas como sou feirense e gosto, enchi-me de ego e fui procurar, pelo menos, termos de comparação. Temos de ver como é que estão os outros, também, para ver em que lugar é que nos situamos.-----

Há uma consultora que é ibérica, que se chama Bloom Consulting, que tem trabalhado na área dos municípios. E eu, perante tal relatório de atividades e perante tal relatório de gestão, disse: a Feira tem que estar nos 5 primeiros, pelo que se diz aqui, isto está fantástico, isto é ótimo. E, então, fui lá ver esses estudos dos municípios. Fui ver o top 25 nacional, não aparece Santa Maria da Feira; fui ver o top 25 dos municípios por negócios, também não aparece Santa Maria da Feira; fui ver o top 25 de cidades atrativas para visitar, também não aparece Santa Maria da Feira; por fim fui ver o top 25 para viver, porque isto, como já disseram aqui, parecia um oásis, mas afinal o oásis está um bocado abaixo, também nos 25 não aparece. Alguma coisa está mal, ou é o País ou é Santa Maria da Feira. Não sei.-----

Mas parece-me que o tom tão laudatório, parece-me que o caminho faz-se caminhando mas que ainda temos muito que caminhar, Sr. Presidente, tendo em conta que estamos no Concelho que é o 17.º em população e, como diz o Sr. Presidente, e acredito nele, é um Concelho exemplar a criar riqueza.-----

Mas será que essa riqueza não vem para os feirenses e para as pessoas que cá vivem, para o território? Porque eu vou ver os índices nacionais e Santa Maria da Feira está um bocadinho cá para baixo, ou, pelo menos, não é tão reconhecido como se diz aqui neste tom laudatório. -- Temos aqui também em análise o ano 2017, e o quadriénio, e eu, até pegando nas grandes apostas da Câmara Municipal, começaria a falar disso porque, nestes 4 anos, e pelos vistos vai-se continuar, temos, no entender do Partido Socialista e que ressalta do Relatório, duas coisas fundamentais para a vida do Concelho.-----

Pavimentações de estradas, que penso, perdoe-me a minha ousadia, devia ser uma atividade o mais comum possível da Câmara Municipal. As estradas e as vias de comunicação são o mínimo que a Câmara Municipal pode fazer. Fazer disso um grande alarde, eu acho que isto devia ser aquele trabalho em que todos nós devíamos dizer: não se sente a falta porque a Câmara está lá. Aqui é ao contrário, nós sentimos sempre a falta, é sempre uma prioridade no investimento. Quando fui a primeira vez vereador, em 2005, já a grande aposta era as estradas. Ainda continua a grande aposta, nunca se chega ao fim da grande aposta.-----



[Handwritten signature]
6

Mas deixem-me resumir, três eixos: pavimentação de estradas, fazer uns poucos relvados sintéticos e, terceiro eixo, publicidade e marketing, porque assim a gente faz 5 e parece que fez 50. É dar a sensação que se fez muito quando se fez pouco. Isso também é uma arte, mas é uma arte que não dá melhor viver aos feirenses. -----

Começava pelas pavimentações. Eu acho que é quase generalizado o entendimento que elas são feitas sem qualquer planeamento, sem qualquer ordenamento e sem qualquer perspetiva de evolução no futuro, tanto para os peões como para os ciclistas, nada. Põe-se alcatrão de qualquer maneira, sem qualquer pensamento de como é que vão ser as estradas no futuro, para, se calhar, daqui a 4 anos estarmos outra vez a pôr o mesmo pavimento, para, depois, fazermos mais não sei quantas vezes. -----

Deixe-me só ressaltar uma coisa, porque eu não tive tempo de vir aqui no Período de Antes da Ordem do Dia, e queria ressaltar, nas pavimentações, que são 6 fases, qualquer dia chegamos à 30.ª fase, podíamos fazer uma por cada freguesia. Mas, em tanto rigor nas pavimentações, nem na habilitação do concurso conseguem ver que os empreiteiros prejudicam os feirenses, porque grande parte dos empreiteiros que andam no concelho da Feira a pavimentar estradas têm um seguro da responsabilidade civil que tem uma franquia, ou seja, um feirense que estrague o carro numa estrada que está a ser pavimentada tem um prejuízo, e esses prejuízos são, 90%, abaixo dos 500 €. Sabem que os empreiteiros, que são aceites no concurso por esta Câmara, têm uma franquia que abaixo dos 500 € não pagam? -----

E, então, há a responsabilidade civil, a Câmara não paga porque é o empreiteiro que tem que pagar, mas como o empreiteiro tem uma franquia, a seguradora também não paga. E o feirense ou vai para tribunal para receber 350 ou 380 €, ou fica com o prejuízo. Isto é um defeito na habilitação do concurso porque eles têm de apresentar esses documentos, ou enganam, apresentam um documento e depois apresentam outro. Alguma coisa está mal. Mas nem neste pequeno pormenor a Câmara consegue defender os feirenses, fará nos pormenores, porque esses, então, devem passar. -----

Temos a grande aposta e o grande incentivo que são os relvados sintéticos. Relvados sintéticos, uma coisa que parece do outro mundo, parece que a Feira vai passar do terceiro mundo para o primeiro mundo por ter mais 15 relvados sintéticos. Que tenha muitos, é bom para incentivar a prática desportiva. Agora é isto que eu digo, a política do fazer 5 e parecer que se faz 50. Os relvados sintéticos são estruturantes para o desenvolvimento de Santa Maria



da Feira, tirando isto pouco mais se poderia fazer! Ainda pior, até nisso corre mal, porque as associações que concorreram aos relvados sintéticos têm dificuldades em pagar a parte deles. Aliás, algumas enganaram a Câmara para conseguir receber algum, para não ficarem a dever, e, inclusive, depois de terem documentos falsos apresentados na Câmara, ainda lhes foram lá penhorar o relvado para o levar às costas. Isto é um plano estonteante de desenvolvimento para o Concelho! Nem uma coisa, como fazer um relvado sintético, corre bem. Isto mostra como isto é bem pensado e melhor executado! -----

Temos também, já foi abordado aqui há bocado, que a execução das despesas de capital é muito baixa. E isto é pouco investimento, 54% de execução é investimento que se perde. Eu sei que a Câmara também tem uma ideia boa, que é reservar algum dinheiro para ficar para os Quadros Comunitários, para, depois, com pouco dinheiro fazer mais um bocado. Mas nós não podemos estar sempre à espera do amanhã, temos que ir adiantando para fazer alguma coisa.-- Vamos ver aqui a primeira prioridade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que era baixar o desemprego. O desemprego em Santa Maria da Feira era 15% em 2013, em 2017 passou para 7%, 8% de abaixamento. Parabéns, Sr. Presidente. Mas eu não sei se foi o Concelho que puxou pelo País, se foi o País que puxou por Santa Maria da Feira. É que, no País, também era de 16% e passou para 8%. Eu não tenho dúvidas, como gosto da minha terra, que, de certeza, foi Santa Maria da Feira que puxou pelo resto do País do que o País é que se desenvolveu à maneira de Santa Maria da Feira lá chegar. Não tenho dúvidas. Mas também convinha reconhecer que, se calhar, foi a melhoria das condições de vida da economia e do País que levaram a que Santa Maria da Feira baixasse o desemprego. Mas o esforço é sempre meritório, laudatório é que eu acho já um bocadinho peganhento. -----

Temos, também, algumas questões em relação à Educação. Nas infraestruturas da Educação, foram realmente construídos bastantes centros escolares em mandatos anteriores. Mas, neste último, houve pouco investimento camarário porque, se não estou em erro, mas se estiver errado perdoem-me, em 11 milhões de investimento 6 ou 7 foram do governo, que transferiu as verbas para a Câmara e a Câmara executou as obras, designadamente a Escola Fernando Pessoa. Se foi a Câmara que pagou a Escola Fernando Pessoa, deve ter pago, mas com o dinheiro que lhe transferiram para a pagar. Penso eu. -----

Temos um plano quase inacabável de retirar o fibrocimento, ou seja, andamos há anos a retirar o fibrocimento e nunca mais acaba. Ou nós temos realmente toneladas dele ou, então,



não percebo qual é a atitude. Era mandar retirar e pronto, se faz mal às crianças, se faz mal à população escolar, era mandar retirar. Ou é mais importante um meio relvado sintético do que as crianças nas escolas com fibrocimento? -----

Temos também aqui uma coisa curiosa. Há não sei quantos anos que se diz que se está a implementar planos de segurança nas escolas. Então se é obrigatório, se é uma coisa fundamental para a segurança das crianças, porque é preciso tantos anos para fazer isto? Isto já se repete há 4 ou 5 prestação de contas. Será que isto é uma coisa assim tão complicada, tão difícil, que não se faça os planos de segurança? -----

Temos ainda, ou tínhamos há pouco tempo, a falta da ligação dos estabelecimentos de ensino da responsabilidade da Câmara à água e ao saneamento. Será que a Indaqua manda daquelas cartas intimidatórias para a Câmara, ligue a escola tal ao saneamento e à água senão vai ser multada, senão vamos lá fazer uma vistoria e vai ser impelido a ligar? Gostava de saber se a Indaqua manda essas cartas. É que para os feirenses manda, não sei é se manda para a Câmara Municipal. -----

Temos também uma Carta Educativa que caducou há 10 anos. Não foi há 10 meses, foi há 10 anos! É esta a preocupação que temos com a Educação, com a evolução que temos. Isto realmente é fantástico! Deve estar assegurado por outros meios. -----

Transportes públicos em Santa Maria da Feira. Não existem. Promete-se centros coordenadores de transportes, que eram fundamentais para melhorar os transportes públicos, nunca mais eles andam. -----

Vamos falar aqui de um ponto que até me é caro, que é o contrato de abastecimento de água e saneamento com a Indaqua. O Partido Socialista, aqui há uns anos, criou o rendimento mínimo garantido. O PSD de Santa Maria da Feira, na Câmara, criou o rendimento máximo garantido. Ou seja, pelo menos o PS ainda redistribui. O PSD de Santa Maria da Feira acumula a riqueza na Indaqua, no rico, por isso temos o rendimento máximo garantido para a concessionária e o custo máximo garantido para os feirenses. -----

Temos cartas intimidatórias a dizer que entram pelas propriedades dos feirenses, temos atualizações do tarifário extraordinárias, completamente excessivas e completamente desproporcionadas, temos agora a novidade que é a cobrança ilegal de valores médios de consumo das casas. Há uma lei, se não estou em erro, de 1983, que proíbe os consumos mínimos, mas, em Santa Maria da Feira, criou-se a inovação de cobrar consumos médios.



Pode ser para não coincidir com a lei, como a lei diz que os mínimos é que são proibidos. Mas vá lá, eles foram para os médios, a lei também não proíbe os máximos, eles podiam ter optado por esse. E com a impunidade que a Indaqua anda no Concelho, se calhar, ainda se vai lembrar da cobrança do rendimento máximo em vez de ser o médio.-----

Tivemos vários anos de cobrança ilegal de ramais. E temos uma coisa fantástica, que vem nas cartas da Indaqua e que a Câmara suporta, que é; um feirense que não tenha água à porta nem saneamento pode usar água do poço que não está controlada, pode usar a fossa séptica que não tem problema nenhum. Como não dá jeito à Câmara nem à Indaqua fazer lá chegar a água e o saneamento, aquele cidadão é exemplar. Um indivíduo que tenha água e saneamento à porta parece um criminoso se não ligar. Eu acho bem que ligue, vou fazer essa declaração de princípios, acho bem que ligue à água e ao saneamento. Mas também acho bem que pague o correspondente justo. -----

Agora, num sítio dá jeito porque não se consegue lá chegar com a água, o cidadão é cumpridor e pode continuar, desculpe lá o termo, a morrer devagarinho, a beber água contaminada, que não há problema nenhum. Agora se tiver lá água e se a Indaqua puder faturar, é um criminoso, recebe cartas, semana sim, semana não, a dizer que andam a medir os caudais, que vão rebentar o portão, que vão lá dentro. E a Câmara impávida e serena. -----

Sabem que há uma comissão de acompanhamento da Indaqua? Eu sei pelo nome, porque pelo trabalho nunca vi nada, e isto é esclarecedor. -----

Temos, também, as zonas industriais. Uma grande aposta, mas que nós passamos por elas e vemos que a aposta atirou ao lado porque elas estão por requalificar e estão por melhorar, com lotes que já passaram o prazo de construção dos pavilhões, como dizia o Ângelo Santos, há “n” anos, e temos realmente muitos proprietários e poucas empresas. E nós queremos é muitas empresas e igual número de proprietários. -----

Por isso temos aqui, realmente, intervenções de forma casuística, sem qualquer planeamento mas com muita publicidade e marketing que é para, mesmo que não se faça, pareça que se fez. Mas só o marketing não chega, porque o marketing não chega para melhorar a vida dos feirenses, não chega para melhorar o nosso Concelho. E é para isso que nós cá estamos, para melhorar a vida dos feirenses e o Concelho, e não só para fazer marketing e fazer 5 e parecer que fizemos 50.” Fim de citação. -----



Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que, na discussão deste ponto, assistiu a dois tipos de análise totalmente distintos, um muito mais coerente, nomeadamente as análises feitas pelos partidos minoritários que, apesar de não partilharem da ideologia e das opções de investimento, constatam que tem sido feito um bom trabalho no Município, e, em contrapartida, a leitura feita pelo Partido Socialista, que considerou ser totalmente enviesada, cínica e que em nada dignifica esta Assembleia. -----

No que diz respeito aos documentos em apreço referiu que, no entendimento do grupo municipal do PSD, os mesmos demonstram a exigência e o rigor financeiro que o Executivo impôs, levando a que se tenha alcançado um equilíbrio financeiro que dá um conforto importante ao Município. -----

Realçou que muitos anunciavam, desde há muito tempo, a bandeira de que a Câmara estava completamente endividada e falida mas que o certo é que, desde 2013, a dívida diminuiu em mais de 28 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 53%, ressaltando que só no ano de 2017 a dívida diminuiu 25% face ao ano anterior.-----

Disse que outra questão que também foi muito enunciada no mandato anterior, nesta Assembleia, tinha a ver com o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), destacando, relativamente a essa matéria, que esse empréstimo já foi liquidado pelo que esse, que era apontado pelo Partido Socialista como um grande elefante que existia no Município, já não existe. -----

Sublinhou que o prazo médio de pagamentos a fornecedores que vem sendo praticado pelo Município é inferior a 30 dias, realçando que, em 2017, foi de 13 dias.-----

Destacou ainda que, em 2017, o Resultado Líquido do Exercício foi positivo. -----

Quanto à afirmação de que a Câmara deixou 27 milhões de euros por investir no Concelho referiu que isso é uma barbaridade, que quem diz uma coisa dessas é de quem não sabe, nitidamente, ler os documentos, esclarecendo que os 27 milhões de euros são o resultado transitado e que muita dessa verba já está comprometida para obras que estão a decorrer e outros compromissos assumidos. -----

Frisou que o Município aumentou a sua capacidade de endividamento sem nunca descurar as necessidades do Concelho e promovendo sempre o investimento, conforme foi prometido aos feirenses.-----

Em relação à questão das pavimentações disse que, como foi assumido pelo Sr. Presidente da



Câmara, os trabalhos não decorreram conforme o pretendido, que se verificaram atrasos, mas que se espera que as próximas fases de pavimentações avancem, logo que o tempo o permita, a um ritmo melhor para que realmente se concretizem. -----

Sobre a questão da ação social salientou que foi dita mais uma barbaridade em relação a isso, realçando que o maior peso no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do Município é referente à ação social, com quase 40%, frisando que os números não enganam.-----

Quanto à questão dos ajustes diretos e de que os mesmos trazem falta de transparência, disse não lhe parecer que tal aconteça e que os resultados dizem o contrário, frisando que esse procedimento é correto, é legal, pelo que a Câmara usa-o sem qualquer problema. -----

Em relação à execução da Receita, de 105%, salientou que o que cresceu mais foi a receita da derrama e que esta é fruto da dinâmica das empresas, conforme mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo que tal execução não está propriamente relacionada com os impostos cobrados diretamente aos feirenses. -----

Referiu que os números apresentados dão alguma alegria ao grupo municipal do PSD, realçando que muitas vezes a oposição diz que tais resultados são fruto da legislação em vigor, que assim obriga o Município, mas que, na verdade, não é por força da lei até porque nem todos os municípios conseguem apresentar tais resultados. Nesse âmbito disse que no final de 2017, segundo o anunciado pelo Conselho das Finanças Públicas, 27 dos 308 municípios do País furaram o limite da dívida total, 15 dos quais com rácios da dívida entre os 150 e os 225%, fazendo notar que entre os municípios com rácio entre os 225 e os 300% está o município de Alfandega da Fé que foi, muitas vezes, apontado nesta Assembleia Municipal como sendo um município exemplo, nomeadamente na questão da transparência.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro sublinhou que, para o PSD, transparência é rigor, é exigência, é o trabalho que tem sido feito pela Câmara, comentando que não adianta ser muito transparente e mostrar muita informação nos sítios da internet se, depois, não existir execução financeira nem rigor.-----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, começando por dizer que, fazendo uma apreciação global às intervenções efetuadas, ficou particularmente satisfeito porque ouviu muitas palavras elogiosas ao trabalho da Câmara, mesmo provenientes dos partidos da oposição, comentando que é sempre agradável ouvir



elogios.-----

Disse que um comentário comum a quase todas as intervenções foi de que a diminuição do desemprego no Concelho não se deve ao trabalho da Câmara, que se deve ao governo, destacando que tal não é verdade e que já antes da atual solução governativa os números do desemprego verificado no Concelho estavam numa baixa acentuada. -----

Referiu não haver praticamente nenhum presidente de Câmara que, hoje, não faça um trabalho de promoção do território, de internacionalização da sua economia, de missões empresariais ao estrangeiro, frisando que a Câmara de Santa Maria da Feira foi, talvez, das primeiras a fazê-lo, recordando que a primeira missão empresarial que esta promoveu foi em 2012. Frisou que os 308 municípios têm no desenvolvimento económico, na promoção dos negócios, no desenvolvimento do turismo e das exportações, uma das suas grandes tarefas, e que tal não acontecia há 10 anos, ressaltando que tal trabalho é feito pelas Câmaras de todas as forças partidárias e com resultados. -----

Sublinhou que a aposta da Câmara foi no sentido de mostrar aos empresários do Concelho que têm condições para exportar, que têm trabalhadores competentíssimos, fazendo notar que não é por acaso que o trabalhador português é considerado um dos melhores trabalhadores do mundo. Referiu ser uma característica muito portuguesa que apenas se diga que os portugueses são os melhores quando se está no estrangeiro, e que não se diga o mesmo quando se está em Portugal, comentando que, na sua opinião, também essa mentalidade está num processo acelerado de mudança. -----

Disse conhecer empresas que nunca lhes tinha passado pela cabeça exportar mas que, a partir do momento que tiveram a oportunidade de o acompanhar em visita a outros mercados, começaram a encarar a hipótese de entrar no mercado da exportação com seriedade, estando já a fazê-lo, algumas das quais tendo já mais de 50% do seu negócio na exportação, frisando que tal é uma realidade e que conhece muitos exemplos que demonstram isso.-----

Salientou que não considera que tal aconteça por mérito do governo, ressaltando que, mesmo em relação aos investimentos internacionais feitos no território de Santa Maria da Feira, o governo não teve nenhuma intervenção, mas que não critica nenhum governo por isso porque entende que este tem as suas agências para fazer esse trabalho, comentando que só lhes pede que não atrapalhem, que apenas apresentem o investidor à Câmara e, depois, deixem esta fazer o seu trabalho. -----



Reforçou que a Câmara Municipal fez um trabalho aturado, insistente, competente e que os resultados estão à vista, e que vão ainda melhorar, acrescentando ser também importante referir que, no Concelho, vai-se atingir uma situação de pleno emprego a muito curto prazo. Deu nota que já existem empresas que querem recrutar trabalhadores e que não os conseguem encontrar no mercado de trabalho, que já há carência de mão de obra em alguns setores de atividade e que tal carência vai aumentar no território.-----

Em relação ao mencionado pelo membro Filipe Moreira sobre a ação social e a política social, disse que se os números que constam do Relatório não forem bem lidos podem dar uma sensação diferente da realidade, fazendo notar que, por exemplo, não estão contabilizados na área social os salários das pessoas, e que muito da ação social é feito pelos quadros da Câmara, pelos recursos da Câmara. Reforçou que a Câmara tem uma política de parceria com muitas associações, de envolvimento da sociedade civil, e que isso, muitas vezes, não aparece diretamente nas contas da Câmara, que aparece 300 mil euros de apoio a duas ou três associações mas que não aparece os salários das 40 ou 50 pessoas que a Câmara tem a trabalhar na ação social, reafirmando que isso é despesa na ação social.-----

Referiu, como exemplo, que estão a funcionar 21 Fóruns de Freguesia, um por freguesia, e que em todas as reuniões desses Fóruns estão técnicos da Câmara a trabalhar, que são levados para os respetivos locais por um motorista, ressaltando que isso é despesa na ação social que não se mede, que não é fácil de quantificar, que não é contabilizado como despesa da ação social, mas que é trabalho das pessoas na ação social que é extremamente importante. -----

Relativamente à crítica de que os novos parques empresariais construídos no Concelho são privados, disse que o PERM não é privado, que é de uma empresa intermunicipal da qual é presidente desde a sua criação. Realçou que quando se questionou a construção desse parque empresarial não havia dinheiro, não havia projeto de execução, que não havia nada mas que o certo é que está feito. Disse que o recrutamento de capitais privados foi uma medida inteligente, questionando porque se haveria de arriscar o dinheiro do erário público se existe a possibilidade de ter um investidor privado, que arrisca o seu dinheiro para fazer o parque empresarial. Frisou que é preciso saber fazer, fazendo notar que não falta quem diga que algo está mal ou que fazia melhor, mas que há muitos poucos que fazem mesmo e que o possam dizer. -----

Quanto ao parque empresarial Lusopark fez notar que aquele espaço estava parado, há 20 ou



25 anos, e que agora está à vista de todos o que está ali a acontecer, que são conhecidos os grandes investimentos que estão para ali previstos. Referiu ser verdade que esse parque empresarial pertence a um privado mas que é preciso trabalhar o privado, que é preciso mobilizar pessoas, que é preciso potenciar os negócios, frisando ser isso que tem sido feito. Disse acreditar verdadeiramente que, em determinados setores de atividade, a iniciativa privada é muito melhor do que a iniciativa pública, que há coisas que o Estado faz muito melhor mas que, por outro lado, há outras que são muito melhor desempenhadas pelos privados, designadamente a atividade empresarial, fazendo sobressair que é preciso haver esse equilíbrio e que o mesmo tem sido alcançado no Município. -----

Em relação à questão das pavimentações das estradas disse ser verdade que não decorreram ao ritmo desejável, salientando que esse trabalho começou a ser feito, em força, em 2015 e que a Câmara esperava que muitos mais quilómetros de estrada já estivessem pavimentados, mas que, por uma sucessão de episódios que aconteceram aos empreiteiros, não se conseguiu fazer mais. Comentou que caso se tivesse conseguido fazer mais pavimentações o PSD, provavelmente, teria ganho as eleições autárquicas ainda com uma margem maior, mas que não era isso que estava em causa, reafirmando que houve uma incapacidade de resposta por parte dos empreiteiros e que não foi por falta de dinheiro da Câmara porque, como os próprios empreiteiros sabem e é fundamental, a Câmara tem dinheiro e paga a tempo e horas. -----

Sobre a questão dos ajustes diretos disse ser importante esclarecer que o ajuste direto não é entregar ao “Zé da esquina”, informando que, normalmente, a Câmara utiliza a regra de consultar entre 3 a 5 empresas antes de adjudicar e que só muito excecionalmente, quando se trata de um serviço ou atividade que exige grande especialização, é que faz o ajuste direto sem proceder a essa consulta. Informou que o procedimento do ajuste direto substituiu, em 2008, o concurso limitado, em que eram consultadas 5 empresas para se atribuir à melhor proposta, dizendo que, no seu entender, se devia voltar a esses concursos porque permitia pedir preços a empresas da terra para fazer determinadas obras, acabando com o que acontece nos concursos públicos em que aparecem concorrentes de todo o lado, sem se saber quem são e se têm condições para fazer o trabalho. -----

Em relação aos centros coordenadores de transportes que existirão em Fornos de Algodres comentou que, sendo esse um concelho com 4.000 habitantes, deverão tratar-se, quase de certeza, de paragens de autocarro. -----



Referiu que tem havido alguma dificuldade na decisão da localização dos dois centros coordenadores a criar no Município, dando nota que um local estava claramente identificado, que era junto à Auto Viação Feirense, em Lourosa, mas que a Câmara encontrou dificuldades na negociação dos terrenos uma vez estarem envolvidos 30 ou 40 herdeiros, que não se entendem, pelo que a Câmara já está a trabalhar outra alternativa, com uma empresa privada. - Informou que, em Santa Maria da Feira, a Câmara está com o mesmo problema, estando a tentar resolver o problema da negociação do terreno junto à GNR. -----

Referiu, no âmbito do assunto, que está a ser preparado um plano geral de transportes para a Área Metropolitana do Porto, principalmente no que respeita à ferrovia, que considera absolutamente fundamental para o desenvolvimento do Concelho. Salientou que, portanto, há uma série de condicionantes, como a eventual recuperação da Linha do Vouga, a possível chegada do metro-bus a Santa Maria da Feira ou outra solução de transporte coletivo, que podem condicionar a escolha da localização do centro coordenador de transportes, pelo que entende que é preciso ter muito cuidado para não cometer nenhum erro. Fez sobressair que a Câmara vai avançar com os centros coordenadores de transportes no Concelho mas que, entretanto, está a analisar todas essas questões, reforçando que a localização é das escolhas mais críticas e que se está a tentar chegar à melhor localização. -----

Ainda em relação aos transportes disse ser verdade que, muito em breve, Santa Maria da Feira vai ter uma ligação regular, uma carreira direta, ao Aeroporto Dr. Francisco Sá Carneiro, dizendo considerar a mesma importantíssima porque, nos dias de hoje, o aeroporto é a maior fronteira porque é, provavelmente, por onde entram e saem mais pessoas, pelo que entende que o Concelho precisa de se focar muito nessa ligação ao aeroporto. Referiu que logo que essa carreira comece a funcionar o Concelho passa a ter uma alternativa direta para chegar ao aeroporto, acrescentando ser da opinião que, no futuro, o Concelho tem que apostar estrategicamente numa ligação de transporte coletivo, principalmente ferroviária, ao aeroporto. Disse que tal não acontecerá enquanto é Presidente de Câmara mas que, contudo, está a trabalhar muito na Área Metropolitana do Porto nesse sentido, dando nota que está em causa um investimento muito forte mas que o Concelho deve apostar nisso. -----

Em relação à habitação social a intervencionar salientou que, inicialmente, o governo somente pretendia apoiar os bairros sociais com mais de 30 anos, salientando que esses estão, na generalidade, localizados em Lisboa e no Porto, mas que os municípios bateram o pé e



conseguiram que fossem considerados os bairros com 15 ou mais anos, desde que comprovando que estão em más condições. Fez notar que, se a memória não lhe falhava, são 11 os bairros sociais que vão ser intervencionados no Concelho e que, para a maioria das empreitadas, estaria por dias o lançamento do concurso, informando que os primeiros a ser intervencionados são os bairros sociais de Milheirós de Poiães e de Paços de Brandão.-----

Em relação à questão colocada pelo membro Ângelo Santos sobre os lotes das zonas industriais que são de privados e onde não foram construídas fábricas, disse que dono é dono e que só constrói se quiser, só vende se quiser, que faz o que muito bem entender. -----

Referiu não haver muitos lotes por utilizar nas zonas industriais porque, graças aos investimentos que têm havido no território, há uma grande procura, fazendo notar que quem for às zonas industriais de Fiães, de Lourosa, de Paços de Brandão, de Rio Meão, de Mozelos, de Canedo, vê que está tudo preenchido, comentando que quando aparece um lote à venda é de alguma empresa que tem dificuldades e opta por vender. -----

Disse que os parques empresariais Lusopark e PERM ainda têm lotes disponíveis, informando que no Lusopark já está quase tudo vendido mas que no PERM, após a desistência da empresa Moloflex, estão vários para venda, ressaltando que está a haver alguma lentidão na venda dos lotes no PERM uma vez que a maioria dos empresários preferem o Lusopark, apesar dos lotes serem mais caros, por ficar próximo da autoestrada. -----

Salientou que o Concelho ainda tem uma boa bolsa de terrenos disponíveis, comentando que isso é bom porque caso não a tivesse não teria possibilidades de acolher os investimentos que estão a ser implementados e que estão previstos implementar no Município. -----

Em relação à questão das pavimentações serem feitas sem infraestruturas disse que tal não é verdade, destacando que a Câmara informou todas as entidades que intervêm nas estradas, com 2 anos de antecedência, de quais as estradas que iam ser intervencionadas para que fizessem o que tinham de fazer antes de ser colocado o pavimento, com a ameaça de que a Câmara não iria deixar intervir nas mesmas no prazo de 8 anos. Realçou que, contudo, há situações que são absolutamente imponderáveis, fazendo notar que, por vezes, acontece que passado um mês da pavimentação há a rotura de um tubo da rede de água, ou de outra infraestrutura qualquer, e é preciso proceder à reparação do mesmo. -----

Quanto à crítica de que a Câmara não tem planos turísticos no âmbito dos eventos culturais realizados no Município, disse que tal também não corresponde à verdade, frisando que o



património cultural do Concelho é valorizado e que o património construído, apesar de não ser tão rico quanto isso, também é valorizado tanto quanto se pode. Sublinhou que a Câmara tem apostado forte na área cultural, que tem promovido os eventos internacionalmente precisamente para captar o turista que não fica só um dia, que fica dois ou três dias no Município, fazendo notar que as dormidas no território têm vindo a aumentar 10% ao ano.-----
Em relação à crítica de que faz muito marketing referiu que todos os anos vai duas vezes a Espanha fazer marketing de Santa Maria da Feira, falar para a rádio, para a televisão, para a imprensa local, comentando que quem pensar que não tem que fazer marketing do território para atrair turistas, para despertar curiosidades, está completamente enganado. Sublinhou que o marketing é fundamental para atrair pessoas, para atrair investimento, para se conseguir ter qualidade de vida no território, pelo que nunca irá desistir de o fazer porque considera ser uma política de gestão do território absolutamente fundamental.-----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção dizendo que lhe apraz registar duas frases que foram proferidas, uma pelo membro Filipe Moreira quando afirmou que, no geral, considera que foi um mandato bem preenchido, e uma outra pelo membro Ângelo Santos quando salientou que há muitas coisas bem feitas em Santa Maria da Feira. Após agradecer essas afirmações disse que a Câmara, como é óbvio, não faz tudo bem mas que procura fazer muitas coisas bem. -----

Sobre o proferido pela deputada municipal Salomé Ventura de que não consegue olhar de uma forma tão positiva para o que é apresentado nos documentos, disse considerar uma evolução notável que a Salomé Ventura tivesse usado a expressão “não tão positiva” em vez do termo “negativa”.-----

Em relação às questões colocadas pela Salomé Ventura disse, relativamente à questão do salário mínimo e do trabalho com direitos, que todos estão de acordo em relação a essa matéria. Ainda no respeitante às políticas salariais referiu que está apostadíssimo para que, no Concelho, não seja preciso olhar para o salário mínimo, fazendo notar que isso já está a ser conseguido e que não deve ser feito por decreto, comentando que ser feito por decreto pode não ser saudável e pode conduzir as empresas à insolvência. -----

Disse que quando fala do pleno emprego no Concelho o faz absolutamente convencido de que tal vai provocar uma subida dos salários porque, a partir do momento em que toda a gente está empregada, uma pessoa só muda de emprego caso lhe paguem mais, frisando ser esse o seu



pensamento. -----

Referiu, como exemplo, que no setor da cortiça o salário mínimo já é de 760 €, tanto para homens como mulheres, realçando que o seu grande sonho é que, daqui por poucos anos, se possa dizer em Santa Maria da Feira que não se consegue contratar ninguém por menos de 1.000 €, reafirmando que tal não acontecerá por imposição do governo mas sim porque o empresário, se quiser ter o trabalhador, terá que lhe pagar tal salário. Fez notar que, atualmente, um eletricitista da construção civil ganha 1.500 € de salário líquido uma vez que, não havendo eletricitistas disponíveis, quem os quiser ter tem que lhes pagar isso. -----

Disse que ainda existe, em Santa Maria da Feira, o problema das baixas qualificações das pessoas, e que se está a tentar mudar isso lentamente, ressaltando que caso se consiga alcançar a situação de pleno emprego aliado às boas qualificações das pessoas nunca será preciso que algum governo venha dizer qual é o salário mínimo porque as empresas do Concelho serão obrigadas a pagar melhores salários aos seus trabalhadores. -----

Em relação à aposta no desporto disse julgar que tal aposta é óbvia, desde logo pela construção dos múltiplos campos de futebol com relva sintética. Realçou que, bem ou mal, a maioria das pessoas gosta de jogar futebol, a maioria das crianças gostam de jogar futebol, fazendo notar que essa é a realidade e que seria pouco inteligente não se corresponder à procura das pessoas. Fez notar que uma das queixas que se ouvia muito das famílias é que não queriam levar as crianças a jogar futebol por causa do pó, e que, por causa disso, as levavam para os concelhos vizinhos que têm infraestruturas com relva sintética, fazendo sobressair que, neste momento, tal problema deixou de existir no Município. -----

Em relação aos pavilhões gimnodesportivos disse que foram construídos três, dando nota que os de Fiães e de São João de Ver estão concluídos e em funcionamento, e que o de Mozelos ficará concluído nos próximos meses, acrescentando que a Câmara também apoiou o Clube de Ténis de Paços de Brandão na cobertura dos campos de ténis. Destacou que o Concelho tem, atualmente, uma oferta muito razoável de infraestruturas desportivas, tanto ao ar livre como indoor, fazendo sobressair que a aposta no desporto é importantíssima e é estratégica porque, no seu entender, é fundamental levar o maior número possível de pessoas a praticar desporto. -

Ainda a respeito do desporto disse que, caso se perguntasse qual é o clube do Concelho que mais atletas tem a praticar desporto, a maioria responderia ser o Clube Desportivo Feirense, mas que não é, destacando que enquanto aquele Clube terá 400 ou 500 praticantes a empresa



municipal Feira Viva tem cerca de 5.000 pessoas, de todas as idades, a praticar desporto nas piscinas municipais, reforçando que a prática desportiva é absolutamente fundamental, é saudável, pelo que a Câmara quer fomentá-la cada vez mais.-----

Sobre a questão da melhoria da iluminação pública, no âmbito da reabilitação da rede viária, disse que a Câmara está a fazê-lo, que já foram feitas 2 grandes empreitadas para substituir o sistema anterior de iluminação pelo sistema LED, dando nota que 20% da iluminação pública já é por LED. Salientou que, para além disso, foi religada toda a iluminação pública que, há uns anos, havia sido desligada por uma questão de poupança financeira, comentando que gostaria muito que, no presente mandato, fosse substituída toda a iluminação pública por LED porque, para além da poupança financeira, permite ter uma qualidade de luz superior, mas que isso representa um investimento significativo pelo que não sabe se tal vai ser possível.-----

Aludindo às questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino referiu, quanto à citação dos dados da consultora Bloom Consulting, que há dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) que são muito mais fiáveis e que dizem que Santa Maria da Feira está entre os 10 concelhos mais exportadores de Portugal, sendo o 9.º classificado, com um volume de exportações de 1,4 mil milhões de euros.-----

Disse, no âmbito do assunto, estar a constatar que há muitas empresas que têm a sua atividade no território de Santa Maria da Feira mas que têm as suas sedes noutros sítios, comentando que até a célebre fábrica de Arrifana de moagem de ossos, sobre a qual há muitas queixas por causa dos maus cheiros que provoca, mudou a sua sede para Torres Novas, e que há outras a mudarem a sede para Lisboa.-----

Referiu que vai averiguar, que vai estar atento a esse fenómeno uma vez que o Concelho leva com o peso dos camiões nas infraestruturas concelhias, leva com a poluição provocada por essas empresas e, depois, os resultados e os valores fiscais pagos pelas mesmas aparecem em Lisboa e noutros sítios.-----

Disse que iria pedir a ajuda de todos para terminar com tal situação, comentando que o Sr. Presidente da República iria estar, na semana seguinte, em Santa Maria da Feira e que lhe iria fazer esta queixa porque não admite que muito do rendimento daquilo que é produzido no Município esteja a ser contabilizado como rendimento noutros locais, distorcendo, em termos estatísticos, a realidade. -----

Sobre a questão da pavimentação de estradas dever ser um trabalho corrente, referiu que



naturalmente que o é, mas que também é preciso ter a noção de que o Município tem cerca de 1.400 quilómetros de estradas, o equivalente a ir de Santa Maria da Feira a Paris, e perceber a quantidade de quilómetros de estrada que tem para reparar. -----

Relativamente à questão do pagamento aos municípios por acidentes ocorridos em vias que estão a ser pavimentadas, disse que os empreiteiros são obrigados a ter um seguro e que têm de apresentar essa documentação sob pena de não poderem celebrar o contrato. Salientou que, se calhar, mais de 90% dos queixosos têm razão mas que também conheceu muitos casos, quando foi vereador das obras municipais, de pessoas que, estando a precisar de mudar os pneus do carro, iam à procura de um buraco ou de uma sargeta para danificar o carro e, posteriormente, receber a indemnização, pelo que nem sempre os queixosos têm razão. -----

Em relação à Educação disse não ser verdade que o dinheiro para a construção das infraestruturas tenha sido do governo, dando nota que o dinheiro proveio dos fundos comunitários e não do governo, pelo que é justo agradecer à União Europeia quando esta dá dinheiro para estas situações. -----

Aludindo à reabilitação da Escola Secundária de Fiães informou que tal escola é da responsabilidade do governo, que a Câmara não devia lá investir 1 euro sequer mas que tal reabilitação só avançou porque o governo pediu à Câmara para pagar metade da componente nacional. Fez notar que a Câmara vai gerir a obra e que, caso apareçam trabalhos a mais, o que é provável aparecer numa reabilitação, terá que ser a Câmara a meter o dinheiro, reforçando que o governo não deu nada, que quem deu algum dinheiro foi a União Europeia e que o resto é do dinheiro dos feirenses. -----

Quanto à questão do amianto disse que o Concelho tinha dezenas de casos para resolver e que estão praticamente todos resolvidos, faltando duas situações. -----

Sobre a Indaqua Feira comentou que, há uns anos, a Assembleia Municipal tinha um deputado que só falava do cruzamento da Corga, o António Santos, que ainda é membro da Assembleia, que depois teve um outro que só falava das lâmpadas em Lourosa, o Victor Neves, e que, agora, o membro Sérgio Cirino só fala da água do poço e da fossa, pelo que qualquer dia vai começar a ser conhecido por isso. -----

Referiu estranhar a posição do PS porque, no seu entendimento, a existência de infraestruturas de abastecimento de água pública, com água de qualidade nas torneiras, e o tratamento dos esgotos, é absolutamente fundamental e é uma infraestrutura básica em qualquer país



desenvolvido, comentando que um país deixa de ser desenvolvido se não tiver água com qualidade para se beber e se não tratar os esgotos para defender o meio ambiente.-----

Disse admitir que exista uma ou outra pessoa que ache que a água do poço que consome é a melhor do mundo, porque lhe sabe bem e acha que tem um paladar melhor, mas que o certo é que, muitas vezes, as pessoas morrem ou têm intoxicações ou têm cancro devido à água que consomem. Nesse âmbito referiu que, recentemente, viu um estudo que diz que Marco de Canavezes tem uma incidência brutal de cancro porque não tem água da companhia, porque todos consomem água do poço, lamentando que, em Santa Maria da Feira, se tente dar razão por uma ou outra situação de alguém que faz um grande barulho porque não quer ligar à rede de água e de saneamento. -----

Realçou que, nestas questões, é preciso explicar às pessoas que fazer a ligação à rede é o melhor para a saúde delas, acrescentando que, apesar de reconhecer que há situações em que não é possível fazer a ligação e nas quais se recorre ao poço e à fossa séptica como uma situação de remedeio, entende que não se deve estar permanentemente a incentivar as pessoas a não ligarem à rede.-----

Quanto à crítica de que faz muita publicidade e marketing reafirmou que, tendo percebido a dimensão do território, a qualidade dos seus habitantes, das suas empresas, dos seus trabalhadores, promove o território em qualquer sítio onde esteja. Reforçou que faz marketing dos feirenses porque considera que são excelentes trabalhadores e que dão cartas em qualquer lugar, ressaltando que as pessoas de Santa Maria da Feira são as melhores do mundo e que diz isso convictamente, esteja onde estiver. -----

Interveio novamente o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, se já estava preocupado, ainda mais preocupado ficou após ter ouvido o Sr. Presidente da Câmara, questionando se é somente por causa das acessibilidades que os empresários preferem ir para o Lusopark em detrimento do PERM, e se a questão das acessibilidades não foi considerada quando se pensou construir o PERM, até tendo em conta a dimensão do mesmo. Recordou que o PERM foi preparado para acolher sucatas e que, posteriormente, passou a estar ao dispor de quem lá quiser investir, mas que, mesmo assim, continua vazio.-----

Salientou não ser verdade que as zonas industriais do Concelho estão todas cheias, reafirmando que os lotes têm dono mas que muitos deles continuam sem construção,



destacando que as zonas industriais da zona central do Concelho estão sobrelotadas mas que também há zonas industriais que estão vazias, que podia ter citado a de Mosteirô ou a de Romariz mas que preferiu falar de forma genérica para não ferir sensibilidades. -----

Frisou que o Concelho deve ser pensado como um todo e não limitado a algumas zonas, não somente no que se refere aos parques empresarias como no que se refere aos restantes equipamentos. -----

Sobre o defender, quando se está fora do País, que os feirenses são os melhores do mundo, questionou o porquê de, quando em Portugal, alguns acharem que as poucas valias que o Concelho tem são um acidente de percurso, comentando que há feirenses que acham que Carvoeiro é um acidente geográfico e que as Termas de São Jorge são um tanque menor. Questionou qual a razão para, sendo o Município banhado pelo rio Douro, não aproveitar esse corredor como fonte de desenvolvimento turístico, tal como fazem os outros municípios banhados por esse rio. Referiu que isso implicaria investimento mas que seria uma mais-valia, ressaltando que, aliado ao facto de Santa Maria da Feira não ser o concelho com mais atributos turísticos do mundo, também peca por não conseguir potencializar, tanto quanto devia, aquilo que tem. -----

Salientou que o Concelho está, também, muito aquém de ser o suprasumo no que respeita aos equipamentos desportivos, realçando que há pavilhões para praticar futsal que não têm condições para estar de pé quanto mais para permitir a prática dessa modalidade, mas que apesar disso continua-se a pensar que as coisas são para se ir fazendo. -----

Disse também ter ficado muito preocupado com a questão dos centros coordenadores de transportes anunciados para o Concelho, questionando se esses equipamentos vão, ou não, ser feitos. A esse propósito questionou se o autocarro que vai ligar Santa Maria da Feira ao Aeroporto também vai parar em frente ao Hotel Nova Cruz, se é para continuar com esse estigma, comentando que os expressos continuam a parar em frente daquele estabelecimento hoteleiro para embarcar e desembarcar mercadorias, frisando que isso não é demagogia nem ficção mas sim a realidade. -----

Questionou, ainda, qual a razão para Santa Maria da Feira, sendo um município com 150.000 habitantes, não ter nenhum centro coordenador de transportes quando há municípios que, com 4.000 habitantes, têm dois desses equipamentos. Perguntou também como é que fica a situação dos terrenos junto à Auto Viação Feirense, uma vez que se continua a apontar esse



local para se instalar um centro coordenador de transportes. -----
Concluindo a sua intervenção apelou ao Executivo camarário para que não prometa aquilo que não pode cumprir, para que não ande, de 4 em 4 anos, a prometer sempre as mesmas coisas. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD), que começou por dizer ter aprendido, com algumas das intervenções que ouviu, e sendo economista, alguns conceitos novos. -----
Sobre a questão da publicidade e marketing referiu que o PS, ao fim de 20 anos, ainda não aprendeu muito, salientando que ouviu dizer, durante 10 anos, que a Câmara estava falida, que estava completamente sem dinheiro, e que agora ouviu dois partidos dizer que a execução de 54% respeitante ao investimento é muito baixa. -----

Questionou onde está o marketing se, num ano de eleições, a execução foi considerada tão baixa, dizendo entender essa crítica contraditória uma vez que, em ano de eleições, gasta-se aquilo que não se tem. Perguntou como é que alguém que gasta apenas 54% tem uma vitória tão grande nas eleições autárquicas, reafirmando julgar que o PS não aprendeu mesmo nada, que ainda não percebeu as coisas. -----

Referiu que outro dos conceitos que aprendeu é que criação de emprego é obra do Estado mas que o desemprego é obra da Câmara Municipal, fazendo notar que, aquando do encerramento da empresa Rohde e de outras no Concelho, ouviu dizer que a responsabilidade foi da Câmara, mas que, agora, numa altura em que se está a criar emprego, já ouve dizer que a responsabilidade disso é do Estado. -----

Disse que a responsabilidade pela criação de emprego não é do Estado mas sim de uma visão estratégica bem definida pelo Sr. Presidente da Câmara, destacando que quando se fala de visões com parques industriais está-se a falar do desenvolvimento no futuro, que quando se quer criar emprego começa-se pelo princípio. -----

Referiu nesse âmbito que, há 4 ou 5 anos, começou-se com a isenção de taxas para o licenciamento das empresas, que a alteração ao Plano Diretor Municipal também teve em atenção esses movimentos, realçando que, com um conjunto de medidas, foi conseguido que muitas empresas se licenciassem e reunissem as condições para se poderem candidatar aos fundos comunitários, e que isso foi muito importante uma vez que, infelizmente, as pequenas empresas têm muito poucos apoios. -----



Mencionou outras medidas levadas a cabo pela Câmara Municipal, como a criação da plataforma Bizfeira, a realização de seminários internacionais como a conferência “Indústria 4.0”, a desmaterialização, a criação da marca Good Makers, salientando que quando se fala de desenvolvimento estratégico está-se a falar de tais medidas e não de questões como a água contaminada e outros problemas, embora reconhecendo a importância de resolver tais situações. -----

Referiu que quando alguém vai falar de publicidade é preciso que olhe tanto para as contas municipais como para as contas nacionais, salientando que a dívida do Município diminuiu 30 milhões de euros enquanto a dívida pública portuguesa, em termos absolutos, bateu um novo recorde em fevereiro último, aumentando para os 246 mil milhões de euros, comentando ser esse o número mas que, evidentemente, cada um o vê da forma que quer.-----

Salientou que, no País, está-se a enfrentar a maior carga fiscal dos últimos 22 anos, que a carga de impostos sobre os combustíveis é a maior de todos os tempos, questionando como é que se vai apoiar as pequenas empresas e criar emprego quando estas enfrentam tal carga fiscal.-----

Concluindo a sua intervenção sublinhou que quando se fala de visão estratégica está-se a falar de objetivos muito concretos, conseguidos através de parcerias, comentando que, vivendo-se num mundo global, é importante fazer as coisas em parceria, em rede, dando os parabéns à Câmara Municipal pelo que realizou nos últimos 4 anos.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, nos documentos de Prestação de Contas de 2017, consta que a Câmara pagou, de tratamento de águas residuais, 2.758.261,11 €, questionando se esse não é um serviço que está concessionado à Indaqua e o porquê de ser a Câmara a pagar tal quantia.-----

Realçou que, apesar de ser crítico da concessão e da Indaqua, é a favor de que as pessoas liguem a rede de água e de saneamento porque entende ser uma medida de saúde pública, frisando que diz isso tanto nesta Assembleia Municipal como em qualquer sítio onde vá, e que ninguém o ouviu dizer o contrário pela razão de que nunca o disse.-----

Fez sobressair que aquilo que é contra é que os feirenses, bem como a Câmara Municipal, estejam reféns da Indaqua Feira, comentando que essa empresa faz o que quer e o que lhe apetece no Concelho. -----



Salientou que vai insistir contra quem quer, pode e manda, até a situação mudar, realçando que se a questão do semáforo da Corga foi resolvida após tanta insistência e se a lâmpada de Lourosa foi instalada após tanta insistência, então que também vai insistir tanto até que a Indaqua cumpra em Santa Maria da Feira, ou, então, seja expulsa do Concelho. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que não partilha da preocupação manifestada pelo membro Ângelo Santos, referindo que efetivamente há uma procura superior do parque empresaria Lusopark, apesar dos lotes serem muito mais caros do que os do PERM. Informou que no PERM existem lotes a 39 €/m² enquanto no Lusopark o preço anda entre os 50 e os 55 €/m², realçando que os empresários fazem as suas opções e que lá saberão por que preferem o Lusopark. -----

Disse ser verdade que o PERM foi inicialmente previsto para sucatas mas que, na sequência da alteração legislativa e da variação dos preços do ferro que estava a ocorrer no mercado mundial, que condicionaria muito a mudança das empresas, se entendeu permitir outras atividades, limitando-se apenas as indústrias poluentes, para desse modo evitar que o parque empresarial fosse um insucesso e desse prejuízo, salientando que, no seu entendimento, essa foi uma boa opção. -----

Em relação à afirmação de que existem zonas industriais vazias, disse que a de Romariz deve ter 1 ou 2 lotes vagos, fazendo sobressair que aquela zona industrial estava construída há muitos anos, que não tinha nenhuma empresa e que agora tem. Quanto à zona industrial de Mosteirô referiu julgar que a mesma está totalmente preenchida, a menos que tenha havido a falência de alguma empresa e se encontre algum edifício vazio, comentando que isso por vezes acontece. Disse que a zona industrial de Mosteirô foi construída quase clandestinamente, que não foi construída tal como devia ser mas que ainda bem que o foi porque, agora, permite ter ali algumas empresas. -----

Sobre o Carvoeiro ser um acidente geográfico disse que não é, que é a frente de rio que o Município tem e que apraz muito à Câmara, fazendo notar que aquela é uma área sob jurisdição do Instituto da Navegabilidade do Douro. Referiu que a Câmara andou a negociar, pelo menos durante 10 anos, o alargamento do cais para que seja possível a um autocarro dar ali a volta, mas que o Instituto da Navegabilidade do Douro não queria permitir o alargamento, informando que esse diferendo já foi resolvido, que já há entendimento pelo



que, agora, é preciso fazer o projeto de execução. -----

Disse não se poder esquecer que a Câmara fez um passadiço na zona do rio Inha, que é um afluente do rio Douro, ressaltando tratar-se de uma zona que está muito bonita, que é um espaço de lazer muito interessante, e que a Câmara vai tentar fazer a ligação desse passadiço até ao Carvoeiro mas que não pode prometer que seja para muito breve uma vez que, muitas vezes, os terrenos são de privados e é preciso negociá-los, e que tal não é fácil.-----

Em relação à questão de alguns feirenses, quando estão dentro de Portugal, não mostrarem orgulho na sua terra, referiu que tal pode acontecer mas que a noção que tem é que esse paradigma está a mudar, que cada vez mais os feirenses sentem orgulho da sua terra.-----

Salientou que o membro José Carlos falou de uma coisa que lhe esqueceu mencionar, o lançamento da marca Good Makers, salientando que essa marca é uma exaltação ao território, à qualidade das empresas e dos trabalhadores de Santa Maria da Feira, acrescentando que essa marca foi criada há 4 anos e que, desde então, está a ser feito um percurso de mudança na perceção de todos os feirenses, de que fazem bem as coisas.-----

Relativamente à questão sobre os centros coordenadores de transportes disse já ter explicado as dificuldades envolvidas, confirmando que os mesmos são para avançar. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Sérgio Cirino no âmbito da verba paga relativa ao tratamento das águas residuais, disse julgar que o Sérgio Cirino estava a par da situação, explicando que a mesma diz respeito a um acordo que a Câmara tem com a SIMRIA, o qual resultou, até, de uma imposição do então Ministro do Ambiente que, segundo se recordava, era o Eng.º José Sócrates. Informou que a Câmara tinha previsto construir um determinado número de ETAR no Concelho e que o Sr. Ministro entendeu, e do seu ponto de vista bem, que se podia ligar os esgotos de parte do Concelho à SIMRIA, que as ETAR de Paramos e de Cacia podiam receber esses esgotos, esclarecendo ser esse o pagamento que a Câmara faz e que, depois, é ressarcida pela taxa de rede, na sequência do estudo económico-financeiro que esteve associado a essa matéria. -----

O membro *Sérgio Cirino*, a partir do seu lugar, fez o aparte de que é a Indaqua que, depois, recebe o dinheiro desse ressarcimento, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* prosseguiu comentando que, para quem não entende, é fácil estar permanentemente a diabolizar a Indaqua. Disse ser preciso não esquecer que a Indaqua investiu mais de 100 milhões de euros no Concelho e que esse dinheiro provém da banca, comentando que se fosse como no caso do



BES, em que ninguém pagou e ficou com o dinheiro, o problema estava resolvido, mas que a Indaqua está a pagar o que deve. Frisou saber que muitos empresários do País, ou pseudoempresários, foram buscar milhões à banca, foram à falência e o dinheiro desapareceu, mas que esse não é o caso da Indaqua, reforçando que a Indaqua está-se a pagar pelo que investiu no Concelho e que é assim que tem de ser. -----

Sobre o proferido pelo membro Sérgio Cirino de que nunca disse para as pessoas não ligarem a água e o saneamento, referiu considerar o Sérgio Cirino como uma pessoa bem formada pelo que, como tal, obviamente recomenda a qualquer pessoa que tenha a rede à porta que faça a ligação. Salientou que ele, Presidente da Câmara, recomenda o mesmo principalmente por razões de saúde, comentando que há muitos anos, talvez há cerca de 30, morreu uma criança perto de sua casa e há quem diga que foi porque aquela família bebia água do poço que estaria, eventualmente, contaminada. -----

Concluindo a sua intervenção disse que qualquer dos presentes tem a obrigação, até cívica, de recomendar às pessoas que liguem a rede de abastecimento de água porque a água da rede pública é analisada todos os dias, tem que estar própria para consumo todos os dias, comentando que a água do poço até pode estar própria para consumo num dia mas, no dia seguinte, já não estar. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD), 16 votos contra (PS:13, BE:2, CDS-PP:1) e 4 abstenções (CDU:1, IND:1, PS:2 – Rui Alves Rios e Francisco Andrade), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2017 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Sairam os membros Daniel Gomes e Rosa Silva. -----

4 – Revisão Orçamental -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa -----

- 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI -----

- 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM -----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de março de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que a presente revisão orçamental encerra em si algumas más notícias que, no entender do BE, são importantes sinalizar. -----

Referiu que a primeira má notícia é que, tal como já dito nesta sessão e que é factual, a Câmara Municipal podia ter feito, em 2017, uso de 27 milhões de euros para fazer investimento e aplicar em funções sociais, e decidiu não o fazer, arrastando isso para o ano seguinte quando, certamente, havia necessidades que não eram coadunáveis com esse arrastamento, com esse protelar de investimento. -----

Salientou que a segunda má notícia é que os orçamentos que foram apresentados pelos Executivos camarários, deste e do anterior mandato, não são fidedignos, ressaltando que, na verdade, prometem muito mas realizam pouco. Disse que, como já mencionado pela deputada municipal Salomé Ventura, as taxas de execução são baixíssimas e que tal não se verificou somente em relação a 2017, que em 2016 viu-se exatamente o mesmo filme, pelo que considera haver uma falta de credibilidade nos orçamentos que são apresentados a esta Assembleia Municipal. -----

Referiu que a terceira má notícia é que, para além da questão da transição do saldo de 27 milhões de euros de 2017 para 2018, há uma redução de 5 milhões de euros para projetos cofinanciados, realçando ser importante que se explique qual a razão para que o reforço de verbas seja de 22 milhões de euros e não de 27 milhões de euros, e que se diga onde é que não vai haver os projetos cofinanciados inicialmente previstos no Orçamento para 2018. -----

Prosseguindo disse que a quarta má notícia é que a incorporação da verba que transita de 2017 não melhora o Orçamento para 2018, frisando que poderia haver uma reprogramação de



verbas e de prioridades mas que, na verdade, aquilo que constata é a manutenção das mesmas prioridades que não vão ao encontro, na perspetiva do BE, daquilo que são as necessidades e as prioridades da população.-----

Salientou que poderia haver um reforço significativo de verbas para o Cartão Sénior, que poderia haver um reforço significativo de verbas para a medida Concelho Solidário, que poderia haver a criação de novas medidas de emergência social, como um programa de comparticipação de medicamentos para idosos e pessoas em situação de carência financeira, mas que nada disso há, que há uma falta de apoio na ação social.-----

Frisou que, por outro lado, há a aposta no alcatrão, há a aposta na externalização de serviços, com quase 5 milhões de euros para externalização de serviços, bem como há um reforço de verbas para relvados sintéticos, comentando parecer-lhe que, para a Câmara, esse é o grande índice de desenvolvimento humano, ou seja, haver um relvado sintético por cada feirense, ficando desse modo o futuro construído.-----

Concluindo disse que a proposta apresentada encerra em si más notícias, encerra em si uma falta de prioridades ou prioridades erradas que já existiam nos orçamentos municipais para 2017 e para 2018, e que já existiam no mandato anterior.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por referir, a respeito da questão dos 27 milhões de euros, que o membro Rui Ribeiro já havia explicado a razão dessa verba, reforçando que são regras que a Câmara tem que cumprir.-----

Sobre a redução de 5 milhões de euros para projetos cofinanciados explicou que a Câmara entendeu, dado o atraso na execução dos fundos que está a haver por parte do governo, que não faz sentido ter tal verba empatada durante mais um ano, acrescentando que caso seja necessário reforçar a verba de 22 milhões de euros, então que a mesma será reforçada.-----

Disse ter percebido que o membro Moisés Ferreira é contra a aposta no alcatrão, ressaltando que, no seu entender, é estratégico para o território fazer boas estradas, que essa é uma promessa que a Câmara vai continuar a levar a cabo.-----

Em relação ao reforço das verbas para medidas pontuais de apoio social, fez sobressair que a Câmara tem uma política social completamente diferente daquela que o BE defende, ressaltando que a política da Câmara não é, de certeza absoluta, a política do subsídio. Frisou



considerar que a maior medida social do território é o emprego, que não abdica dessa premissa, ressaltando que tem como objetivo que todos possam ter um salário digno e viver do seu trabalho, que entende que quando isso for conseguido ficarão resolvidos 90% dos problemas existentes no território.-----

Realçou que os problemas que permanecerão serão de pessoas que pela idade, pela falta de saúde ou por qualquer outro motivo, não têm o seu rendimento, e que esses casos serão apoiados pela Câmara, reforçando que acredita verdadeiramente que a grande medida social da Câmara prende-se com a questão do emprego. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 13 votos contra (PS: 10, BE: 2, IND: 1) e 1 abstenção (CDU), aprovar a revisão orçamental em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

5 – Relatório de Gestão e Contas de 2017 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de março de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referir que um dos aspetos que o vai deixando um pouco apreensivo tem a ver com o passivo da empresa municipal, dizendo julgar que a Feira Viva teria o objetivo salutar de reduzir o endividamento, tal como tem a Câmara Municipal, mas que se constata que a redução do endividamento da empresa municipal tem



sido mais lento do que aquilo que se gostava e se perspectivava. Questionou se essa lentidão, na redução do passivo da Feira Viva, se deve à falta de apoio da Câmara Municipal para que tal ocorra ou se existe outra razão que explique isso. -----

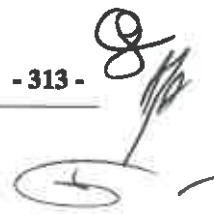
Salientou que um outro aspeto é que, no entender do PS, para dotar a Feira Viva de mais competitividade, mais importante do que criar um logótipo que dá a perceção de que se abriu um ginásio e uma piscina privada, seria a Câmara fazer um plano estruturado de investimento nas infraestruturas que a Feira Viva gere que permita às mesmas gerar mais receitas e ter menos custos. -----

Referiu que os equipamentos começam a ter alguns anos, que já não são novos e, como tal, os custos de manutenção começam a ser mais elevados, começam a haver muitas avarias, o custo com o aquecimento das piscinas começa a aumentar, pelo que seria importante dotar algumas infraestruturas de alguns equipamentos bem como melhorar os existentes, para aumentar a rentabilidade, questionando se, por exemplo, o ginásio previsto para a Piscina de Fiães já está, ou não, a funcionar. -----

Disse que outra medida que, no entender do PS, era importante e até moralizadora seria acabar com os arrendamentos excessivos que a Feira Viva paga, comentando que isso tem que ser uma vontade do seu acionista único, ou seja, da Câmara Municipal. -----

Salientou que, aquando da mudança da Feira Viva para o Europarque, houve uma altura em que se vislumbrou que os arrendamentos iriam acabar com tal mudança mas que, depois, o vislumbre acabou e os arrendamentos mantiveram-se, gastando-se milhares de euros todas as semanas. Referiu que, apesar de não ser orçamentista nem fazer obras, não tem dúvidas que a Feira Viva já teria mais do que 2 pavilhões próprios com o dinheiro que paga pelos dois pavilhões que tem arrendados, frisando considerar que tal situação não pode continuar. -----

Sobre a nova marca HMC Sports disse esperar que a criação dessa marca não seja para enganar, comentando que gosta de se referir à piscina da Feira como a piscina da Feira, e não como HMC Sports, como se se tratasse de um outro qualquer equipamento privado. Disse julgar que a qualidade da piscina da Feira se irá manter, comentando ter amigos de outros concelhos que vêm à piscina de Santa Maria da Feira pela qualidade que a mesma tem e não por se chamar HMC Sports, não por se travestir de uma coisa que não é. Referiu considerar que não é a nova marca que vai aumentar a rentabilidade dos ginásios, salientando que se gastou dinheiro em publicidade quando, se calhar, se podia ter gasto em coisas bem mais



úteis, recordando que a piscina da Feira já está cheia, já tem muita ocupação, pelo que considera que a criação da marca foi resultado de um deleite de alguém.-----

Disse não ter sido a primeira vez que se tentou a criação de uma marca, recordando que na altura em que fez parte do Conselho de Administração da Feira Viva tal já havia sido tentado, mas que, nessa ocasião, o Conselho de Administração vetou essa tentativa porque não queria travestis nem coisas que pareciam o que não eram.-----

Concluindo a sua intervenção lamentou que a tentativa da criação da marca tivesse, agora, avançado, reafirmando entender que as piscinas municipais devem continuar a chamar-se piscinas municipais, que são um produto de qualidade que não precisa do tipo de marketing que é feito pelos ginásios privados, com o uso, por exemplo, de estrangeirismos.-----

Usou da palavra a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No âmbito da implementação da estratégia de coesão social e territorial do município de Santa Maria da Feira, a par do papel desempenhado pelo Executivo Municipal, é de sublinhar o contributo que, há anos, tem sido prestado pela Empresa Municipal Feira Viva no que concerne à sua área específica de atuação. -----

Neste contexto, e se já era, há muito, conhecida a excelência do trabalho desempenhado pela Feira Viva, a apresentação do Relatório e Gestão de Contas de 2017 da “Feira Viva” é mais um motivo que nos deverá, a todos, orgulhar. -----

Numa primeira análise, dever-se-á sublinhar a obtenção de um resultado líquido positivo de 15.350 €, correspondentes a um resultado antes de impostos de 34.000 €.-----

Ao nível das receitas próprias, a Empresa Municipal Feira Viva cresceu 4,5%, tendo atingido os 3,8 milhões de euros, o que comprova o reforço de proveitos próprios por parte da Empresa Municipal Feira Viva. -----

Em 2017, e num orçamento global de 5,5 Milhões de Euros, apenas 31% dos proveitos da Feira Viva advieram das transferências do Município – que representaram 1,7 Milhões de Euros – e, por isso, muito abaixo do limite legal autorizado.-----

Regista-se, ainda, a diminuição do passivo em cerca de 50.000 € e despesas de investimento de 207.000 €.-----

São, de facto, indicadores que demonstram o excelente trabalho realizado ao longo do último



ano. Impõe-se, pois, que sejamos capazes de reconhecer todo o esforço, empenho e sentido de rigor na gestão da Feira Viva. Importa reforçar ainda que as empresas não atingem capacidade de crescimento sem o envolvimento de todos, sendo relevante enfatizar o trabalho de todos os Colaboradores da Feira Viva. Eles são, sem dúvida alguma, ponto essencial para a consolidação e melhoria contínua da Feira Viva. -----

No que concerne aos equipamentos desportivos, as piscinas municipais da Feira, Lourosa e Fiães alcançaram um crescimento generalizado – na ordem dos 2,4% e os 5,8% – do número de utentes ativos. -----

Estes dados, afirmam as Piscinas Municipais como polos de atividade desportiva e de saúde no concelho, registando mais de 5.000 utilizadores regulares. -----

Em relação à piscina de São João de Ver, em 2017, assistimos ao reforço do seu papel enquanto polo dinamizador da natação de competição (natação e natação adaptada), adequando esta tipologia de utilização com a abertura ao público durante os meses de verão tendo totalizado nesse período cerca de 5.500 entradas. -----

O projeto Feira Viva Natação Adaptada cumpriu em 2017 o seu 10.º ano de atividade, com um total de 46 atletas, tendo os mesmos obtidos 16 títulos nacionais que a todos nos orgulham. -----

O Zoo de Lourosa, aquele que é o único parque ornitológico do país, obteve um crescimento superior a 40%, onde se destacam as atividades de caráter de educação ambiental e atividades científicas, com a participação de 20 espécies em programas reprodutivos coordenados pela Associação Europeia de Zoos e Aquários. -----

A Viagem Medieval em Terras de Santa Maria bate, ano após ano, novos recordes no registo de entradas: em 2017 foram vendidos cerca de 221.000 bilhetes diários e cerca de 54.000 pulseiras, o que perfaz um total de 275.000 unidades vendidas. No entanto, e tão ou mais importante que a estatística de entradas, 2017 foi um ano em que o evento reforçou, ainda mais, o seu posicionamento nacional e internacional, arrecadando 3 importantes prémios internacionais. -----

A Viagem Medieval é, sem dúvida, um “produto” nosso... um produto de Santa Maria da Feira. Os conteúdos não se compram; constroem-se e constroem-se com as nossas gentes. E é essa a marca que distingue a Nossa Viagem. É essa a marca que nos distingue no país e no mundo. -----



Para além de se revelar, ano após ano, como montra privilegiada de competências culturais desenvolvidas pelo nosso movimento associativo, a Viagem Medieval apresenta inputs importantes e relevantes no desenvolvimento da economia concelhia e regional. -----

O Perlim, na sua 10.ª edição, assume-se cada vez mais como o maior Parque Temático de Natal de Portugal voltando a superar, pelo segundo ano consecutivo a fasquia dos 100.000 visitantes. É de sublinhar que todos os seus espetáculos são criações inéditas, concebidas por entidades e associações do concelho de Santa Maria da Feira.-----

Este evento representa um assinalável impacto turístico, com uma visitação proveniente do mercado espanhol, superior a 40.000 visitantes.-----

Estando nós em plena era digital, e em convergência com a modernidade, destaca-se o desenvolvimento de duas aplicações móveis para a Viagem Medieval e para o Perlim potenciando ainda mais estes dois eventos. -----

No que diz respeito ao Europarque, em 2017 prosseguiu-se a estratégia de recuperação do equipamento com a dinamização das vertentes indoor e outdoor, tendo-se registado 197 atividades indoor, correspondendo, aproximadamente, a um evento a cada dois dias do ano, onde os eventos corporativos de grandes marcas nacionais e internacionais se assumem como os mais significativos. -----

Paralelamente verificou-se o lançamento da atividade Europarque Running, com 47 eventos em 2017, que visa, para além da dinamização da atividade física, a apropriação do espaço como seu, de todos os Feirenses, tendo havido em 2017 mais de 10 mil participações, projeto este que continua a crescer. -----

Assim sendo, os números apresentados comprovam a excelência do trabalho realizado.-----

Os indicadores comprovam que a Empresa Municipal Feira Viva e o concelho de Santa Maria da Feira possuem a extraordinária capacidade de saber antecipar e conquistar o futuro. -----

Elevar a qualidade de vida dos seus utentes, gerando momentos de felicidade é o objetivo primeiro a que se propõe a Empresa Municipal Feira Viva. -----

Satisfaz-me e satisfaz-nos a todos constatar que graças ao excelente trabalho desenvolvido, este mesmo objetivo tem vindo a ser alcançado.”-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP se congratula com todo o trabalho que a Feira Viva tem feito em prol do Concelho,



designadamente através dos eventos que produz. -----
Realçou contudo que, pelo que está plasmado nos números do Relatório de 2017 da Feira Viva, leva a concluir que há alguns défices de estrutura que impedem que a Feira Viva tenha, neste momento, um aproveitamento de 100%, necessitando de 30 a 31% de investimento do erário público municipal.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começou por dizer que a deputada municipal Ana Lamas fez uma belíssima súpula do trabalho desenvolvido pela Feira Viva e que lhe dava os parabéns pela análise correta que fez.-----
Sobre a afirmação do Sérgio Cirino de que a ideia da marca já havia sido ventilada há alguns anos e que, nessa altura, o Conselho de Administração da Feira Viva decidiu não avançar, frisou que ele, Presidente da Câmara e também Presidente do Conselho de Administração da Feira Viva, é um presidente diferente, que admite que é mais arrojado, comentando que essa é, talvez, uma característica de muitos feirenses.-----

A propósito disse ter lido, com muito interesse, um livro escrito por um senhor da sua terra quando completou 100 anos, designadamente o Sr. Elísio Ferreira dos Santos, mais conhecido por Elísio da Frada, ressaltando que este conta quando ia de bicicleta para S. Pedro do Sul e para Cinfães comprar cortiça, em que levavam a cortiça em carros de bois até à estação do “Vouguinha”, onde a carregavam, para depois irem buscá-la à estação de S. João de Ver para a levar para a fábrica, para a produção de rolhas, frisando que esse é o exemplo das pessoas e do arrojo com que é construído o território de Santa Maria da Feira.-----

Disse entender que um serviço público não tem de ser cinzento, que não são apenas os serviços geridos por privados que são coloridos, bonitos, com marcas, com marketing, ressaltando que quem gere um serviço público também pode ser ambicioso, também pode querer ter a sua marca, também pode querer ter os seus funcionários com uma t-shirt ou com um pulôver de que gostam, sublinhando ser essa a sua maneira de ser na gestão das coisas e que sabe que o Partido Socialista, bem como o membro Sérgio Cirino, também percebe que aquilo que está a dizer é verdadeiro. Referiu entender a ambição que está por trás da criação da marca HMC, cuja sigla quer dizer Homens Mulheres e Crianças, comentando que a mesma deu colorido, deu satisfação, e que teve a oportunidade de constatar, pela ocasião do lançamento da marca, que os funcionários estavam satisfeitos com os trajes que estavam a



usar. -----

Relativamente à questão da construção de um ginásio na Piscina de Fiães deu nota que o mesmo vai ser construído mas que existem alguns problemas que têm que ser previamente resolvidos. Disse que, contudo, estranhava que o membro Sérgio Cirino tivesse recomendado a construção desse ginásio uma vez que já ouviu dizer, numa reunião da Câmara, da parte dos vereadores do Partido Socialista, que a Câmara Municipal só podia fazer a piscina e que não podia fazer o ginásio. Sobre essa questão disse ser da opinião que, se as pessoas querem um ginásio e se é comum associar a piscina a um ginásio, então que se deve dar isso às pessoas, ressaltando que se um organismo público pode captar receitas de maneira a diminuir a necessidade de aumentar impostos, então que o deve fazer. Frisou que os privados não querem fazer piscinas porque custa muito dinheiro mantê-las, que querem que sejam os organismos públicos a fazer as piscinas com o dinheiro dos impostos de todos, mas que depois querem ser eles a fazer os ginásios e a ficar com os lucros que deles advêm. Questionou porque é que um organismo público não há de poder ter um ginásio para compensar os prejuízos que tem com a piscina, fazendo notar que o lançamento da marca HMC Sports tem, também, esse objetivo. -----

Relativamente à questão dos arrendamentos disse ser verdade que não se conseguiu acabar com eles, fazendo notar que o Europarque tem muito espaço mas que não é para armazém, que o que foi transferido para o Europarque foi a parte administrativa da Feira Viva mas que, para além disso, há todo um espólio e um conjunto de equipamentos que é preciso guardar, daí a necessidade dos pavilhões, acrescentando que nesses pavilhões também estão instaladas algumas oficinas. Disse que está a ser pensada uma solução que permita construir um edifício de raiz para o efeito mas que, enquanto não se conseguir concretizar esse objetivo, ter-se-á de manter os arrendamentos porque é preciso ter onde guardar as coisas. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Ângelo Santos explicou que a Câmara entende que deve dar algum apoio à exploração da Feira Viva para que esta possa praticar preços sociais, para que as pessoas tenham um preço aceitável para poderem ir à piscina, comentando que para cobrir a despesa a Feira Viva teria que duplicar os preços o que inviabilizava, desde logo, que muitas pessoas pudessem usufruir dos equipamentos. -----

Concluindo a sua intervenção referiu ser essa componente social que o Estado muitas vezes assume, com a intenção de que o maior número possível de pessoas possam frequentar os



equipamentos, frisando ser daquelas despesas sociais que não aparecem mas que, caso assim não fosse, os preços tornar-se-iam incomportáveis para a bolsa de alguns. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2017 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

6 – Designação de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de março de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que questionou se o Conselho de Administração da Feira Viva, e a Câmara Municipal como acionista único da empresa municipal, não equaciona, de vez em quando, fazer um concurso público limitado, para não falar de um concurso público, para desse modo consultar o mercado e ver se aparece algum fiscal que apresente melhores condições ou que faça um melhor trabalho.-----

Referiu que é sempre salutar consultar o mercado e tentar que o mesmo funcione, e não dar os serviços sempre aos mesmos, realçando que o Sr. Presidente da Câmara até deve concordar com essa ideia como fã do mercado que é.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que acha difícil conseguir-se um preço melhor do que aquele que é pedido pelo fiscal em questão, realçando que são cerca de 400 euros mensais que são pagos e que não considera tal verba nada de extraordinário.-----

Disse que, no entender da Feira Viva e da Câmara, não parece que seja necessário ir ao



mercado uma vez que o fiscal em causa tem vindo a desempenhar bem o seu trabalho, conhece bem a empresa, é merecedor de confiança, daí ter-se entendido não ser necessário mudar de fiscal.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD: 34, PS: 13, IND: 1) e 4 abstenções (BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), designar, para o quadriénio em curso (2017 a 2021), como fiscal único, “Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC”, sociedade de revisores oficiais de contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 83, representada por Ângelo Manuel de Oliveira Couto, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 590, bem como designar, como fiscal único suplente, Dulce Amália Teixeira Gomes, Revisora Oficial de Contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 1567.-----

7 – Regulamento Municipal “Jovem Autarca”®-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de março de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Usou da palavra o membro *Henrique Portela* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O Projeto do Jovem Autarca implementado no concelho de Santa Maria da Feira, desde cedo se demonstrou ser um projeto na vanguarda para o futuro da governação das nossas terras, demonstrando aos jovens feirenses a importância da cidadania ativa pela via política.-----

Sou defensor de uma política que ofereça respostas às diversas necessidades que os jovens possuem, melhorando assim a qualidade de vida e favorecendo a participação dos jovens nas



decisões políticas do nosso município.-----

Os objetivos deste projeto é desde início apoiado por todos e o Partido Socialista sempre se demonstrou pronto para cooperar para o seu o bom desempenho.-----

Após verificação do regulamento, propomos para melhor democratização deste projeto o seguinte: -----

- No Art. 3.º “Candidaturas”, no n.º 7, onde diz “Sempre que seja admissível” seja eliminado, ficando “Nas candidaturas entregues pessoalmente será colocada a data e hora de apresentação”. -----

- No Art. 7.º dos “Direitos do/a(s) Candidato/a(s)”, no n.º 3, seja alterado para “É proibido a cada um dos candidatos possa produzir outros vídeos e material promocional, para que seja todas as candidaturas igualitárias”. -----

- No Art. 9.º na “Organização da Campanha Eleitoral”, ponto n.º 7, seja aumentado o texto com “Desde que seja assegurado a participação de todos os candidatos”. -----

Não obstante destas propostas de alteração o Grupo Municipal do Partido Socialista votará a favor deste regulamento.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por referir que o projeto Jovem Autarca, ou outro semelhante que valorize a participação cidadã, que dê a experiência de intervenção política e que incentive a intervenção política, deve merecer, obviamente, o apoio do BE, não para que se diga aos jovens que a política é um sítio de carreira ou de carreirismo mas para dizer que a política é um sítio de intervenção e de cidadania, onde se deve participar e lutar, no dia a dia, pelos interesses coletivos e para transformar a sociedade, comentando que, no limite, é sempre esse o objetivo. -----

Referiu que, no entanto, entende o BE que o projeto Jovem Autarca deve também, obviamente, incentivar o contacto com preceitos e princípios democráticos e de transparência, realçando que o regulamento proposto falha nesses objetivos e que passava a dar alguns exemplos disso.-----

Aludindo ao artigo 11.º do regulamento, referente ao processo eleitoral e contagem de votos, salientou que no n.º 10 desse artigo é dito que em cada mesa de voto estará presente um ou uma colaboradora do Município e um ou uma colaboradora do estabelecimento de ensino e um ou uma jovem com idade entre os 11 e os 17 anos, em função da escola. Sobre esse artigo



disse que o BE acredita que, em cada mesa de voto, devem estar representantes indicados pelos candidatos para garantir igualdade de oportunidade entre as várias candidaturas. -----

Realçou que o mesmo se passa em relação à altura da contagem de votos, referindo que o regulamento prevê que os votos serão contados pelos técnicos que integram a equipa responsável, nas instalações da Câmara, sendo convidados a participar enquanto observadores um ou uma representante de cada uma das escolas que integra o projeto. Disse que o BE acredita que devem estar presentes, na contagem dos votos, representantes indicados pelos vários candidatos, comentando que é assim que se faz em qualquer eleição e que é assim que deve ser para que o escrutínio de todo o processo seja transparente. -----

Prosseguindo, disse que igual situação se passa com a afixação das votações, ressaltando que o n.º 15 do mesmo artigo 11.º refere que após a contagem dos votos será afixado em cada uma das escolas, em local visível, documento onde consta o número total de votos, e que o BE acredita que deve ser afixada a ata de todo o processo, ou seja, os votos apurados, a sua distribuição por candidato, em cada mesa de voto, em cada local de voto, em cada secção, e não apenas afixado os resultados finais globais. -----

Referiu que o BE acredita ainda que deve ser incentivada a transparência e o respeito por um princípio democrático, que é o princípio pela decisão democrática da maioria, e que, desse ponto de vista, entende que devia ficar explícito no artigo 14.º, relativo aos direitos dos candidatos eleitos e conselheiros, a obrigação de publicação e publicitação de minutas de reuniões que existam, por exemplo, com o Executivo, e que sejam tornadas públicas no portal do Município para que toda a comunidade que elegeu os jovens autarcas possa escrutinar o seu trabalho. -----

Terminando a sua intervenção aludiu ao artigo 16.º respeitante às reuniões, salientando que o n.º 6 do mesmo diz que, pugnando pelo princípio democrático, na ausência de consenso em assuntos de relevo para o grupo, o ou a Jovem Autarca tem voto de qualidade. Salientou que tal não reflete o princípio democrático do respeito pela maioria, ressaltando que o voto de qualidade deve acontecer quando há empate e não quando há ausência de consenso porque, no limite, não havendo consenso em nenhuma decisão, a decisão final seria tomada sempre por uma única pessoa. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que a sugestão que fazia era



no sentido de inverter a ordem dos artigos n.º 4 – Desistência da Candidatura e n.º 5 – Apresentação de Candidaturas, ressaltando que sistematicamente ficava melhor que o artigo relativo à apresentação de candidaturas antecederesse o artigo referente à desistência da candidatura, e não o contrário, tal como está no regulamento proposto, comentando que para desistir é preciso que primeiro tenha apresentado uma candidatura. -----

Interveio o membro *Carlos Seixas* (PSD) que começou por salientar que após ouvir as sugestões feitas, sobretudo as apresentadas pelo membro Moisés Ferreira, do BE, ficou com dúvidas se tais membros tinham percebido, sequer, o propósito do projeto Jovem Autarca. -----
Quanto à questão da divulgação dos resultados eleitorais ressaltou que nem na cerimónia da tomada de posse as votações são reveladas, com a exceção dos três jovens mais votados, precisamente porque este projeto, mais do que para ganhar ou perder, é um projeto que procura desenvolver e fomentar a participação cívica e política de cada um dos jovens que decide participar no mesmo. -----

Relativamente à questão do voto de qualidade do Jovem Autarca, referiu que tal prende-se com o facto de que, apesar de se tratar de um fórum relativamente vasto, depois, na realidade, o executivo funciona com o Jovem Autarca e 2 Vereadores, sendo eles que normalmente terão a responsabilidade de levar a cabo a maior parte das tarefas. -----

Posto isto, o membro Carlos Seixas passou a ler documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Cada vez mais a escassa participação dos jovens na vida cívica é um motivo de preocupação. A juventude encontra-se desiludida com os fracassos da democracia portuguesa e está neste momento de costas voltadas para a participação cívica e política, envolta numa maré de indiferença que poderá tornar os tempos que virão, bastante complicados. -----

E é essa maré de indiferença que é necessária afastar da juventude portuguesa, promovendo a sua participação mais ativa na solução dos problemas da comunidade, pois só assim é possível construir uma sociedade mais justa, solidária e plural. -----

Torna-se fundamental, inculcar desde muito cedo nas crianças e nos adolescentes a consciência de que a resolução dos problemas que afetam a nossa rua, a nossa escola, a nossa freguesia, o nosso concelho e nosso País passam também por eles. -----

Esta participação cívica inclui a participação política e partidária, mas não se confunde nem se



esgota na mesma. Mas a promoção da participação dos jovens nas decisões políticas do nosso município e do nosso País é fundamental.-----

Esta promoção pode ser feita através de projetos que promovam a educação para a cidadania. Atualmente, a educação para a cidadania é encarada como um desafio central das instituições escolares, do poder político e da sociedade em geral. -----

A educação para a cidadania constituiu um exemplo de educação não formal, que é complementar ao sistema de educação formal, devendo ser desenvolvida em articulação permanente com este sistema. A educação não formal é, fundamentalmente, um processo de aprendizagem social, de aprender a aprender entre pares, centrado no formando, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste. -----

Neste sentido, a educação para a cidadania revela-se uma mais-valia essencial na e para a formação pessoal e social dos indivíduos. A cidadania, não se impõe, mas constrói-se, assumindo-se como uma “missão” que deve ser o próprio cerne da educação de crianças e jovens em fase de formação da sua personalidade, ou seja, a preparação para o “amanhã”. Como tal, não implica somente o desenvolvimento de valores democráticos de participação, solidariedade, autonomia e responsabilidade, mas também a promoção de práticas pedagógicas coerentes, estruturadas e concertadas, que envolvam toda a comunidade educativa.-----

O município de Santa Maria da Feira tem vindo a desenvolver, nos últimos 30 anos, uma política de juventude transversal, procurando dar uma resposta sustentada, continuada e eficaz às necessidades da população juvenil. Nesse âmbito, o executivo camarário tem correspondido ao arrojado desafio que a sociedade global enfrenta, nomeadamente no que respeita aos elevados números de desemprego jovem, baixa taxa de participação junto da comunidade e elevados níveis de desmotivação face ao contexto escolar, que desembocam na dificuldade de definição de trajetórias de vida sustentáveis.-----

O município tem sabido analisar em conjunto com a juventude e as juventudes feirenses, os desafios que permanentemente lhes são colocados.-----

De forma a potenciar comportamentos de cidadania ativa e governança partilhada, valorizando os jovens, o município entre outros, tem potenciado projetos como a “Assembleia de Crianças” e o “Jovem Autarca”.-----

A Assembleia de Crianças promove a participação ativa das crianças, na qual se fazem ouvir



manifestando os problemas existentes na sua freguesia e projetando soluções. As crianças que integram este projeto são excelentes exemplos de cidadania e responsabilidade cívica desde tenra idade e o jovem autarca permite dar continuidade a esta participação ativa. -----
Este projeto tem ganho consistência e sustentabilidade na sua ação e objetivos. É um projeto de referência nacional e internacional. -----

Ao longo de um mês os candidatos preparam a sua campanha eleitoral, através da realização de uma ação de formação, bem como produção de suportes de propaganda, sendo que este período tem o seu corolário com a apresentação e debate de cada uma das propostas nas diferentes escolas do concelho. -----

Considerando que o princípio de cidadania participada vai além da apresentação e concretização de propostas, e tendo em conta a necessidade de valorização do ato eleitoral, do universo eleitoral fazem parte todos os jovens entre os 11 e os 17 anos de idade, residentes e/ou estudantes no concelho de Santa Maria da Feira. Neste sentido, são instaladas mesas de voto em cada uma das escolas que decidiram integrar o projeto (total de onze), bem como em duas Juntas de Freguesia, em extremos opostos do concelho. -----

Assim este é um projeto educativo que para além de potenciar comportamentos de cidadania ativa e governança partilhada, valoriza as opiniões dos jovens e suas perspetivas para o futuro. Ao assumir uma participação ativa nas decisões políticas do seu concelho, o jovem desempenha o papel de porta-voz dos seus pares, sendo corresponsável pela gestão de um orçamento que lhe é atribuído, e procurando concretizar os projetos que idealizou, numa lógica de diálogo e sustentabilidade. Este projeto, cujo âmbito primordial de intervenção é a educação para a cidadania, pretende capacitar os jovens ao nível das competências de comunicação, relações interpessoais, tomada de decisão, negociação e liderança, potenciando uma atenção centrada no outro e nas necessidades da comunidade. -----

Uma vez que o “Jovem Autarca” é um projeto pedagógico, onde todo o processo tem sido levado a cabo com recurso às ferramentas da metodologia da educação não formal, procurando capacitar os jovens em diferentes áreas, de forma a que cada um deles sinta que as suas opiniões e os seus sonhos são valorizados por todos, nomeadamente pelos agentes políticos em funções, e nesse sentido, há que congratular a Camara Municipal por este magnifico projeto.” -----



De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por referir que algumas das sugestões que ouviu são pertinentes mas que lamentava que as mesmas só tivessem sido feitas neste momento, ressaltando que o projeto de regulamento já esteve, por duas ocasiões, em discussão pública e que as etapas para a inclusão de alterações já haviam sido ultrapassadas. Fez notar que a incorporação de alterações, neste momento, iria obrigar a retomar todo o processo e que tal poderia inviabilizar, até, a próxima eleição do Jovem Autarca, pelo que propunha que o regulamento fosse submetido a votação da Assembleia Municipal tal como foi apresentado, realçando que num momento posterior se poderia fazer uma análise às sugestões formuladas. -----

Disse não concordar com algumas das sugestões feitas, frisando ser da opinião que não se deve tornar o projeto Jovem Autarca excessivamente burocrático, recordando que os jovens que se candidatam não têm uma estrutura nem um grupo de apoio partidário, e que começar a transformar o projeto numa réplica dos partidos é estar a cortar a criatividade e a liberdade desses jovens. -----

Frisou que estão pessoas sérias a gerir o processo, recordando que estão presentes funcionários da Câmara bem como das escolas envolvidas que garantem a total imparcialidade do processo. -----

Disse que pedir aos jovens para começar a fazer uma ata de cada reunião com o presidente ou vereador da Câmara vai levar a que aconteça o mesmo de que se queixam os professores, ou seja, que passam o tempo a fazer atas e que não têm tempo para fazer trabalho nenhum, realçando que os jovens tomam notas nos seus cadernos da maneira que entendem e que começar a obrigá-los a fazer atas, burocratizando o processo, é começar a estragar tudo. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara pediu, a quem o entendesse, que fizesse chegar à Câmara as sugestões de alteração ao regulamento para serem posteriormente analisadas, mas que propunha à Assembleia Municipal que, neste momento, votasse o documento tal como foi apresentado pela Câmara. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 34, PS: 13, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 2 votos contra (BE), aprovar o Regulamento em referência – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----



8 – Desafetação de terreno do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno sita no Lugar de Milheirós, em Santa Maria da Feira -----

Assunto retirado da Ordem do Dia. -----

9 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2017 (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.571, em 28 de março de 2018, documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – fazendo notar que o mesmo é presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que aprendeu, na faculdade, que há a “law in books and law in action”, realçando que o relatório em questão não é só para ser presente anualmente para dar a entender que está tudo bem, fazendo sobressair que a oposição é tão importante como a situação e que, se calhar, muitos dos desenvolvimentos conseguidos são porque a oposição existe, comentando que quanto mais efetiva for a oposição melhor é não só para a própria oposição como, também, para quem está a governar. -----

Referiu que, com isto, queria sugerir que o envio dos documentos seja feito com maior antecedência para dar tempo à oposição para que possa verdadeiramente contribuir, com críticas construtivas, comentando que não basta à Câmara cumprir o prazo legal quando, depois, envia 1.000 folhas pelo correio para serem analisadas, que vão ser levantadas passados dois dias, ressaltando que quando os partidos da oposição vão para responder tal resposta já não entra a tempo de ser considerada. -----

Salientou que até se pode cumprir a lei mas não se cumpre o estatuto do direito de oposição, pelo que pediu à Câmara Municipal que tivesse esse olhar, de um maior respeito pela oposição, permitindo a esta que, com algum tempo de antecedência, se debruce sobre os documentos mais importantes para o Concelho e dê o seu contributo, seja este aceite ou não, frisando que o importante é que se fale das coisas. -----



Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que disse que subscrevia o proferido pelo membro Sérgio Cirino mas que também queria alertar aos grupos municipais desta Assembleia que, quando querem apresentar moções e recomendações, não o façam à última da hora para que os restantes grupos as possam debater com os seus respetivos grupos de trabalho.-----

O membro **Moisés Ferreira** (BE) pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, o que lhe foi concedido. Questionou à Mesa se há alguma moção ou recomendação ou voto, nomeadamente do BE, que tenha sido apresentada fora do prazo regimental, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu dizendo que obviamente que não.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, começando por comentar que considera que com a interpelação feita pelo membro Moisés Ferreira, e com a resposta que foi dada, já se havia respondido à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino.-----

Deu nota que a Câmara vai tentar efetuar a entrega dos documentos com maior antecedência, não se limitando a cumprir o prazo legal, explicando que, por vezes, tal não é possível pela razão de que, por força da discussão ocorrida nos vários assuntos nas reuniões de Câmara, que resulta em documentos tremendos, os serviços de apoio têm dificuldades em conseguir produzi-los rapidamente, levando a que sejam entregues muito em cima do prazo.-----

Referiu que até poderia entregar uma versão draft dos documentos antes de serem discutidos, mas que não o faz porque os mesmos podem vir a ser, posteriormente, alterados.-----

Concluindo, reafirmou que a Câmara vai tentar disponibilizar os documentos com a maior antecedência possível, reforçando que a razão não é a falta de vontade de escrutínio ou discussão, mas sim a dificuldade que, muitas vezes, os serviços têm de fazer as coisas com maior antecedência.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento do Relatório em epígrafe.-----

10 – Declarações para os efeitos previstos no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação (para conhecimento)-----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, Helena Portela – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.416, em 23 de março de 2018, documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – fazendo notar que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que queria abordar um assunto que o BE já trouxe, por mais do que uma vez, a esta Assembleia Municipal, que se prende com as dívidas que considera absurdas da empresa privada P. Parques, que esteve e está a explorar o estacionamento à superfície na cidade de Santa Maria da Feira, ressaltando que essa empresa foi acumulando dívida atrás de dívida apesar de lhe ter sido atribuída a concessão da exploração de um espaço que deve ser público. -----

Recordou que, da última vez que o BE trouxe o assunto a esta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal estava a tentar resolver o assunto, até com uma ação que meteu em tribunal contra a empresa, mas que, apesar disso, o que se continua a ver é uma série de dívidas dessa empresa à Câmara, algumas delas vencidas durante o ano de 2017, ressaltando que pelo que observa no documento as últimas foram vencidas no dia 7 de junho de 2017. -----

Questionou qual o ponto da situação do assunto, se a empresa continua a explorar o espaço público apesar de nunca ter pago à Câmara e não ter qualquer legitimidade para o fazer, questionando ainda como está a situação da recuperação dessas dívidas à Câmara. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que também queria questionar sobre a situação das dívidas da P. Parques, destacando que a CDU foi sempre contra a concessão da exploração dos estacionamentos na cidade de Santa Maria da Feira a uma empresa privada por considerar que essa não é a melhor solução para o Município, frisando que isso veio a confirmar-se. -----

Referiu que essa empresa tem uma dívida à Câmara que se arrasta desde 2010 e que, pela informação que tem, é obrigada pelo contrato a dar à Câmara parte do lucro que faz, comentando que tal dívida diz respeito à percentagem do lucro que a empresa tem. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu que se fosse uma parte do lucro da empresa a Câmara não tinha nada, ao que o membro *Filipe Moreira* prosseguiu dizendo não saber se a empresa tem ou não lucro, que o certo é que a mesma ainda não se declarou falida, comentando que algum lucro a empresa deve ter para continuar a pagar ao funcionário que anda a recolher as moedas dos parquímetros. -----

Referiu que outra questão que queria colocar diz respeito a algumas rubricas cujo cliente/devedor está identificado como “outros”, totalizando cerca de 100 mil euros, questionando qual a razão para que tais rubricas não apareçam de uma forma mais discriminada. Acrescentou que, na mesma tabela, aparece ainda uma rubrica com a designação “diversas”, que ascende os 290 mil euros, comentando ser difícil perceber o porquê de tal rubrica aparecer assim designada. -----

Salientou que também consta uma dívida de cerca de 5 mil euros da empresa Amorim Cork, que se arrasta vai para 3 anos, comentando que é de estranhar tal dívida uma vez que essa empresa faz parte daquele que é o maior grupo económico com sede em Portugal. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que quando se olha para os valores em questão, principalmente os valores da dívida da empresa P. Parques, até parece que não se está num Estado de direito. -----

Questionou à Câmara por que motivo continua essa empresa a exercer o direito de cobrar o estacionamento aos feirenses, dado tratar-se de uma empresa que tem dívidas para com o Município desde 2010, questionando ainda qual a solução para resolver tal imbróglio. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação às dívidas da empresa P. Parques ao Município, que o caso está em tribunal e que se aguarda pelo julgamento, ressaltando que os tribunais, nestas situações, muitas vezes funcionam lentamente. Referiu que, no início de 2017, estavam contabilizados cerca de 600 mil euros de dívida mas que, atualmente, o montante da mesma será muito superior, mas que não tinha presente qual o montante. -----

Salientou que, apesar da questão da dívida, a empresa P. Parques continua a ter toda a legitimidade para cobrar as receitas porque a concessão ainda é dela, ressaltando que, contrariamente ao que disse o membro *Ângelo Santos*, é precisamente porque se está num



Estado de direito que o assunto foi colocado em tribunal, o qual vai decidir a situação. Frisou que um Estado de direito é precisamente isto, que os tribunais existem para dirimir os conflitos que as pessoas têm na sua vida e nos seus negócios, fazendo sobressair que, como respeita o Estado de direito vai, obviamente, esperar pela decisão do tribunal. -----

Ainda sobre a concessão da exploração do estacionamento recordou que sempre disse, e reforça, que a mesma não foi feita por uma razão de receita mas sim para obter espaço de estacionamento nas zonas centrais da cidade mais procuradas, para que as pessoas que precisem de vir tratar de um assunto à Câmara ou ao banco, por exemplo, tenham um sítio para estacionar os seus automóveis. -----

Disse que o que se está a verificar é que as pessoas aperceberam-se que a polícia deixou de passar essas multas, por tratar-se de um trabalho gratificado e a empresa ter deixado de o pagar, pelo que começa a tornar-se um problema estacionar no centro da cidade, comentando já se ver carros estacionados em cima das passadeiras, em cima dos passeios e até em segunda fila, dificultando a circulação em alguns locais. Reforçou que o pagamento do estacionamento na zona central da cidade é, essencialmente, para regular o trânsito e permitir às pessoas que vão, num espaço curto de tempo, tratar de um assunto, ter um sítio para estacionar o carro, fazendo notar que, neste momento, já não há esses sítios. -----

Fez notar que se a exploração do estacionamento voltar para a órbita da Câmara, em consequência da decisão do tribunal, é do entendimento que esta deve voltar a concessionar mas que, contudo, tal situação terá que ser analisada pelos advogados da Câmara, que podem entender melhor uma outra solução. -----

Concluindo a sua intervenção disse esperar que a situação se resolva rapidamente, sublinhando a importância do estacionamento ser pago, por pouco valor que seja, para regular o trânsito no centro histórico da cidade de Santa Maria da Feira, para evitar o que está a acontecer e que pode ser observado por qualquer pessoa. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento das declarações em epígrafe. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou existir a



inscrição do cidadão Tiago André Alves de Oliveira Carvalho de Sousa, residente na Avenida do Matoso, n.º 8, da freguesia de Paços de Brandão, e que o mesmo se inscreveu para falar sobre os acessos a Paços de Brandão e obras que estão a ser realizadas nas principais vias rodoviárias daquela freguesia.-----

Feita a chamada e verificando a presença do cidadão citado, o Sr. Presidente da Assembleia informou-o que, nos termos regimentais, não poderia exceder o tempo de cinco minutos de intervenção, numa intervenção única, passando-lhe, de seguida, a palavra. -----

Usou da palavra o cidadão *Tiago Sousa* que começou por dizer que, antes de abordar o tema para o qual se inscreveu para falar, e uma vez que, nesta sessão, falou-se de várias associações, queria aproveitar a ocasião para evidenciar o seu agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara bem como aos Vereadores Gil Ferreira e Cristina Tenreiro pela forma como têm participado nas atividades de duas associações de Paços de Brandão das quais é dirigente, designadamente o Centro Social de Paços de Brandão e a Associação Cultural do Carnaval de Paços de Brandão. Referiu serem duas associações que têm um peso muito forte na coesão cultural, territorial e social não só de Paços de Brandão como, também, do Município, frisando ser com enorme prazer que vê essa ação de acompanhamento da vida das associações por parte do Executivo camarário, acrescentando que essa ação é muito importante para as próprias associações. -----

Relativamente à matéria para a qual se inscreveu disse querer colocar duas questões relacionadas com os acessos a Paços de Brandão, e que a primeira diz respeito à rua da Ponte Nova, comentando ser uma rua que está a gerar alguma controvérsia na comunidade brandoense.-----

Disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão afirmou, numa sessão da Assembleia de Freguesia, que a rua da Ponte Nova iria ter um único sentido para facilitar o estacionamento junto dos espaços comerciais e de serviços mas que, tendo essa rua já sido aberta ao público após a intervenção que sofreu, continua o trânsito a proceder-se nos dois sentidos. -----

Referiu, nesse âmbito, que foi noticiado que um comerciante deu entrada, na Câmara Municipal, de um abaixo-assinado no sentido dessa rua ter os dois sentidos de trânsito e, posteriormente, um outro abaixo-assinado, de um conjunto de moradores e também de



comerciantes, para que aquela rua seja de sentido único. -----

Disse que, perante o exposto, questionava à Câmara se foi efetivada alguma análise ou algum estudo prévio a partir do qual se possa concluir se aquela estrada necessita de um ou de dois sentidos, questionando qual o ponto da situação e qual o panorama definitivo que aquela rua vai ter.-----

Salientou que a segunda questão prende-se com a rua Pia dos Cavalos, que faz a ligação do acesso à A29 com a Quinta do Engenho Novo, ressaltando tratar-se de uma rua da responsabilidade do município de Ovar. Disse que o município de Ovar estruturou, e bem, a zona da rotunda de acesso à A29 mas que, contudo, deixou os acessos a Santa Maria da Feira e a Paços de Brandão num estado lastimável. Realçou que diariamente passam centenas de pessoas na rua Pia dos Cavalos e que o estado da mesma representa um perigo iminente a qualquer condutor ou peão que por ela circule, lembrando que aconteceu ali um acidente, se a memória não lhe falhava, em dezembro de 2013, que resultou numa vítima mortal, deixando, infelizmente, três filhos órfãos. -----

Concluindo a sua intervenção questionou ao Executivo camarário se tinha conhecimento de algum plano da Câmara de Ovar para intervir na rua Pia dos Cavalos, pedindo ao Executivo que, não havendo tal plano, interceda junto daquela Câmara para que acelere o processo de reabilitação dessa rua uma vez que a mesma se encontra num estado lastimável. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começando pela questão da rua Pia dos Cavalos referiu que, tal como dito pelo munícipe, é uma rua da responsabilidade da Câmara de Ovar, dando nota que já falou pessoalmente com o Presidente daquela Câmara no sentido de o sensibilizar para a questão e que este lhe transmitiu que o assunto estava a ser tratado. Disse esperar que, a qualquer momento, a obra da reabilitação da rua seja efetuada, reforçando que a mesma é da responsabilidade da Câmara de Ovar pelo que a Câmara de Santa Maria da Feira não se pode fazer substituir àquela. -----

Sobre a questão da rua da Ponte Nova salientou que o projeto foi pensado, inicialmente, para que a rua se mantivesse com dois sentidos de trânsito mas que, posteriormente, os moradores fizeram sentir à Câmara que, desse modo, não havia espaço para estacionamento, passando a haver um forte movimento para que a rua venha a ser de sentido único. -----

Referiu que, efetivamente, deram entrada na Câmara dois abaixo-assinados, um defendendo



os dois sentidos de trânsito e o outro a favor de que aquela rua seja de sentido único, dando nota que o assunto também foi falado na reunião de Câmara e que a opinião dos vereadores, inclusive dos vereadores socialistas, é que seria mais benéfico a rua ser de sentido único para permitir haver lugares de estacionamento. -----

Concluindo disse que os técnicos da Câmara estão a ultimar o estudo, ressaltando que, apesar de tal matéria não estar fechada, a maior probabilidade é que a rua venha a ser de sentido único porque, como dito, tal permite a criação de uma baía de estacionamento que é fundamental haver naquela rua, até devido ao comércio que existe na mesma. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 0 horas e 50 minutos do dia 7 de abril de 2018, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,